

## Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR



Giovane  
Byl



Giovani  
Culau e  
Coletivo



Mariana  
Lescano



Natasha  
Ferreira



Tiago  
Albrecht

### 005ª CEFOR 11MAR2025

**Pauta:** Parceria Público-Privada dos Resíduos (PPP dos Resíduos).

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** (10h15min) Bom dia. Bom dia a todos, bom dia a todas. Vamos dar início à reunião ordinária da nossa comissão da CEFOR. Hoje nós temos a pauta da Parceria Público-Privada dos Resíduos, a PPP dos Resíduos, e nós já temos quórum aqui, com a presença do Ver. Tiago Albrecht, do Ver. Giovani Culau, da Ver.<sup>a</sup> Natasha. E quero saudar aqui a presença de todos, de todas as entidades, dos agentes do governo, dos servidores aqui do Legislativo, assessoria, gabinete, TVCâmara, equipe técnica da CEFOR, quero desejar aqui que nós venhamos a ter uma reunião produtiva, propositiva, e quero, conforme acordado aqui com a nossa comissão, que os vereadores proponentes da pauta conduzam a reunião; então, neste momento, passo a condução dos trabalhos para o proponente desta pauta, nosso colega e vice-presidente da comissão, o Ver. Giovani Culau.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Muito obrigado, presidente. Eu quero começar exatamente agradecendo a presença de todos e todas. Esta é a nossa primeira reunião pública da CEFOR neste ano, nesta Legislatura, e nós começamos as audiências da CEFOR, Natasha, Ver. Tiago,

com a sala cheia. Então, quero agradecer a todos e todas, mas, de modo especial, aos catadores e catadoras presentes aqui, o MNCR, o Fórum de Catadores da nossa cidade. Eu acho que a presença de vocês dá um sentido maior para a nossa audiência porque reflete o desafio que nós temos, que é efetivamente fazer desta Casa, Presidente, a casa do povo. Então, valorizo muito as presenças, a gente tem também aqui representações da universidade, de um grupo de trabalho composto por movimento social, catadores, catadoras e pesquisadores da universidade; a presença de vocês também é imprescindível. Nós já vamos compor a Mesa, mas queria fazer um registro também de agradecimento a ti, presidente, por ter, de imediato, topado que nós começássemos os trabalhos deste ano da CEFOR tratando sobre o tema da PPP dos Resíduos. Agradeço a presença da Ver.<sup>a</sup> Natasha, do Ver. Tiago Albrecht, e nós propusemos, para quem eu ainda não conheço e quem ainda não me conhece, sou Ver. Giovani Culau, represento e sou porta-voz de um mandato coletivo aqui na Câmara, sou, neste ano, do início desta Legislatura, vice-presidente aqui da CEFOR, e nós propusemos esse tema como a nossa primeira agenda por entender que a PPP dos Resíduos é um tema que diz respeito à gestão no Município de alto impacto nas finanças públicas, mas de alta repercussão socioambiental. Porto Alegre é uma cidade que foi, presidente Byl, pioneira da coleta seletiva, mas hoje, infelizmente, é uma cidade que recicla muito pouco dos seus resíduos. Nos últimos anos, nós tivemos, na minha interpretação, a adoção de políticas não só ineficazes, mas também incapazes de dar respostas à cidade, como é, por exemplo, o tema da coleta automatizada no Centro da cidade. Nos últimos anos, eu considero, e essa é uma interpretação individual minha, não é necessariamente do conjunto da comissão, nós tivemos uma política hostil aos catadores e catadoras, que precisam ser, na prática, reconhecidos, na sua importância socioambiental, como agentes ambientais que são, como médicos que são da natureza. E, quando eu falo desse tratamento hostil nos últimos anos, estou falando das multas, da perseguição, que, na minha opinião, muitas vezes nós temos vivido na nossa cidade, do tratamento inadequado e irregular dos seus mecanismos de trabalho, sejam os carrinhos,

sejam aquilo que coletam. Hoje, Byl, alguns dados apontam que os catadores e catadoras autônomos coletam quatro vezes mais do que a coleta oficial do Município, e é por isso que são reconhecidos na política nacional de gestão dos resíduos como agentes que precisam ser integralmente incorporados na política de gestão de resíduos dos nossos municípios. Então, nós estamos, Tiago, Byl, Natasha, diante de uma proposta que, na minha opinião, tem sido pouco debatida. Aqui na Câmara, se não me engano, essa é a primeira vez que nós vamos discutir esse tema, e fico feliz de ser o proponente desse espaço de discussão, mas uma proposta que tem alto impacto. São 35 anos propostos de concessão, investimentos em torno de R\$ 10 bilhões, ao que me parece até aqui com baixo retorno para a cidade, porque as taxas que são apontadas de reciclagem e de compostagem me parecem insuficientes para o tamanho dos investimentos e para a dimensão da proposta, e que tem no seu escopo algo que, para mim, é o mais grave, e por isso a presença de movimentos ambientalistas aqui é muito importante também, porque se faz toda uma engenharia, nova engenharia, excluindo, exterminando com a função social dos catadores e catadoras na cidade. Esse é o debate que a gente tem para encarar. Essas são as razões que fizeram a gente propor esse debate, e eu volto a agradecer não só a parceria desta comissão, mas a presença de todos e todas. Então, para a gente poder compor a Mesa, eu quero de imediato convidar o Sr. Gelson Guarda, secretário adjunto, seja bem-vindo; o Carlos, representando a Secretaria de Serviços Urbanos e também o DMLU, convido-o a compor a Mesa aqui conosco também. Bem-vindo, secretário. Bem-vinda, Ver.<sup>a</sup> Mariana Lescano. O presidente me colocou em uma saia justa, eu vou ensaiar como falar o sobrenome do Carlos, e depois eu falarei. Mas eu preciso ensaiar, não consegui ensaiar. Convido o engenheiro Luiz Lemes, representando a Secretaria Municipal de Parcerias, fique à vontade para compor a Mesa. Convido a professora Ana Mercedes, representando, então, exatamente o grupo de trabalho – seja bem-vinda, fique à vontade para compor a Mesa – que compõe a frente constituída na nossa cidade em defesa de uma gestão participativa dos resíduos sólidos que reúne, presidente, pesquisadores da UFRGS, da Unisinos,

mas, em especial, movimentos sociais e os catadores e catadoras da nossa cidade. Seja bem-vinda, professora, fique à vontade. Foi produzida uma análise técnica da proposta de PPP, Ver. Tiago, Ver.<sup>a</sup> Mariana, e essa análise técnica produzida pelo grupo de trabalho vai ser apresentada hoje aqui, após as manifestações do governo. E, como eu disse no início, aquilo que dá sentido especial para a nossa reunião, quero chamar o Fagner, que é do Movimento Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. A gente está tendo hoje também a abertura da 5ª Conferência do Meio Ambiente Estadual, então, alguns companheiros e companheiras estão chegando. Inclusive a Ana Medeiros, que vai representar o Fórum de Catadores; então, assim que ela chegar, ela se soma na Mesa conosco. E, se eu não estiver enganado, acho que a Dra. Paula, que é advogada, que tem acompanhado os trabalhos da frente, já está aqui presente. Também quero não só agradecer a sua presença, a Dra. Paula inclusive tinha uma audiência hoje e fez toda uma operação para poder participar do debate aqui conosco. Quero agradecer o seu esforço e a articulação e convidar para compor a Mesa conosco. Então, desculpem qualquer equívoco meu, mas acho que a Mesa está composta. Ao longo dos trabalhos, a gente vai citando outras representações importantes que nós temos aqui. Desde já, vamos dar início, passando, então, ao engenheiro Luiz Lemes, representante da Secretaria Municipal de Parcerias, que vai fazer uma intervenção inicial com os aspectos gerais da visão do governo e da Secretaria Municipal de Parcerias, que justificam a proposta por parte da Prefeitura. E há o pedido para que a gente coloque o *site* que já está aqui à disposição enquanto o senhor faz a sua fala. Fique à vontade. Toda vez que o microfone for utilizado, a gente pede que se registre o nome e quem representa para que fique registrado nas notas taquigráficas. Uma boa audiência para todos nós. Engenheiro, a palavra está com o senhor.

**SR. LUIZ LEMES:** Bom dia a todos. Eu sou o Luiz, sou engenheiro aqui na Prefeitura de Porto Alegre. Aqui está um pouco claro demais, mas este é o *site*, no portal da Prefeitura, que fala sobre a PPP dos resíduos sólidos. Aqui a gente

tem as informações do que a gente já fez e do que vai ser divulgado dessa PPP nesse *site*. Até agora foi feita a consulta pública. A consulta pública encerrou, se não me engano, dia 21 de fevereiro. Foram aproximadamente 870 contribuições das mais diversas partes interessadas, inclusive catadores, empresas, sociedade, enfim. E, conversando com empresas, conversando com pessoas que trabalham nessa linha de PPP, foi uma das PPPs com mais contribuições em consulta pública que o pessoal tem conhecimento. São bastante contribuições. Vai dar bastante trabalho para responder essas quase 900 sugestões, perguntas, enfim, contribuições da sociedade. Aqui no *site* também tem o *market sounding*, em que a gente conversou com empresas interessadas, que também deram as suas sugestões, mas com foco no negócio. E ainda está prevista a audiência pública, além dessa aqui, do nosso projeto. Enfim, a Prefeitura irá fazer uma audiência pública, provavelmente aqui na Câmara de Vereadores, assim como foi feita para as outras PPPs também.

E, sobre o projeto, eu pedi para colocar esse *site* aí, porque, mais para o final, para o meio da página, tem uma parte de perguntas e respostas.

Pode descer mais um pouquinho. Então, como surgiram bastante questões, a gente se reuniu algumas vezes com o MNCR, inclusive, o pessoal da UFRGS também foi lá na Secretaria, enfim, a gente achou por bem colocar essas perguntas e respostas aqui no *site*, que podem responder muitas questões que possam vir. A gente sabe que, no momento que surgem as dúvidas, a gente não grava tudo, então, estar ali no *site*, a gente entendeu que é uma coisa legal para quem quiser consultar e tirar suas dúvidas. Ali não dá para ver direito, mas é o *site* da Prefeitura, lá em cima, lá no endereço, o *site* da Prefeitura, aí clicando na Secretaria de Parcerias, vai ter um menu de anexos e projetos, que vai ter esse título ali, PPP Resíduos Sólidos Urbanos, e vão ter todas as informações.

A ideia hoje aqui, a gente foi convidado, eu não preparei nenhuma apresentação, nenhum PowerPoint, mas, em linhas gerais, o intuito da PPP é que o dinheiro, o investimento realizado pelo parceiro privado, esteja em risco, então, o parceiro privado vai realizar investimentos iniciais consideráveis, que hoje a gente entende que a Prefeitura não tem a capacidade de realizar esses investimentos.

Esse é o grande mote da PPP, realizar esses investimentos iniciais, e, como o parceiro privado faz esses investimentos iniciais, tem um prazo para ele recuperar esses investimentos. E por isso que o prazo, no modelo econômico-financeiro, ficou em 35 anos de concessão, em virtude desses investimentos iniciais poderem ser recuperados e a operação ter vantagens também para o parceiro privado que vai assumir essa concessão.

Então, em linhas gerais, seria isso. Não sei se depois a gente entra mais a fundo em alguma questão, mas, em linhas gerais, seria isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. LUÍS EDUARDO LEMES:** Entendi. Basicamente, são muitos investimentos, são unidades de triagem que vão ser totalmente reformadas. São duas unidades de tratamento e valorização de resíduos, uma nova na Zona Norte e outra reformada na Lomba do Pinheiro, que já é existente, então, são duas. Porque hoje ocorre um grande fluxo de caminhões que levam esses resíduos para o aterro sanitário, então, uma nova unidade de tratamento e valorização na Zona Norte, e mais essa da Lomba do Pinheiro, vai contribuir para reduzir o fluxo de caminhões na cidade. Essa é a ideia. Também estão previstas reformas e novas UDCs e PEVs. São unidades de destino certo e pontos de entrega voluntária que, por consequência, vão acabar contribuindo também para reduzir o lixo espalhado na cidade, focos de resíduos.

E, no tocante aos catadores, está sendo previsto que toda a coleta seletiva vai ser enviada para as unidades de triagem. Também os recicláveis dos PEVs e das UDCs serão enviados para as unidades de triagem. E o resíduo gerado que não for reciclado nas unidades de triagem vai ficar a cargo da concessionária destinar para o aterro sanitário ou para o destino final que for dado. Mais ou menos essas são as linhas gerais.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Obrigado. Consulto se o representante da Secretaria-Geral de Governo, Gelson Guarda, gostaria de

fazer uma manifestação, ou se passamos primeiro ao Carlos, que eu não consegui ensaiar o teu sobrenome. Mas peço que...

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** Obrigado, Ver. Giovani Culau. Quero fazer minha saudação muito especial ao Ver. Giovane Byl, ao Giovani Culau, nessa importante reunião, nesta manhã de terça-feira, à Ver.<sup>a</sup> Natasha, meus cumprimentos, à Ver.<sup>a</sup> Mariana, ao Ver. Albrecht, aos meus colegas de governo, Gelson Guarda, secretário-geral de governo adjunto aqui do Município, ao meu colega de Secretaria de Parcerias aqui do Município, um engenheiro muito qualificado, que me ajudou muito, inclusive nas enchentes do ano passado, em diversos contratos que nós tivemos que fazer, também quero saudar a presença do engenheiro Arceu Bandeira, que me acompanha do DMLU, que está aqui na plateia – o Arceu é um dos engenheiros que trabalha na destinação final do DMLU há muitos anos – e, em nome dele, eu quero também referenciar a qualidade técnica dos nossos engenheiros, não só dos nossos engenheiros, mas também dos nossos colaboradores do DMLU.

Hoje, o DMLU é uma grande autarquia. Ele possui aproximadamente 360 colaboradores, onde nós temos, desde engenharia com pós-doutorado, um quadro muito eficiente de administradores, contadores, assistentes administrativos, mas, na grande maioria, são garis que fazem o dia a dia da limpeza da cidade acontecer. Quando falo que o DMLU é uma grande autarquia, Ver. Culau, quero me referir a 110 contratos que hoje o DMLU gestiona. Eu fui, durante três anos, supervisor administrativo e financeiro do DMLU, e essa supervisão gestiona esses 110 contratos. Inclusive, mais do que ninguém dentro do DMLU, eu tenho o principal interesse que todos esses contratos saiam sem nenhum apontamento no Tribunal de Contas do Estado e nem no Tribunal de Contas União, até porque quem responde isso perante esses órgãos de controle é o meu CPF; não é o CPF do prefeito, de ninguém, é o meu CPF como ordenador de despesas. Então, nesses 110 contratos que o DMLU hoje gestiona, ele investe aproximadamente meio bilhão de reais nesses 110 contratos. E esses 110 contratos são contratos que perpassam desde a limpeza, da varrição da

cidade, da capina da cidade, da pintura de meios-fios da cidade, bem como também no transporte desses resíduos até a estação da Lomba do Pinheiro, que fica na Zona Leste da cidade, onde nós temos outros contratos que levam esses resíduos para aterros sanitários, e lá, dentro desses aterros sanitários, nós fizemos a destinação correta desses resíduos, principalmente falando agora em resíduos orgânicos e de rejeitos. Quando a gente fala em resíduos seletivos e recicláveis, acho que é muito importante destacar, vereador, que a média nacional hoje do Brasil é de aproximadamente 2,7% o nível de reciclagem dos resíduos na Nação. Nós estamos superiores a esse nível, e eu reconheço que é um nível, uma porcentagem muito aquém do que nós deveríamos estar executando. Hoje nós estamos reciclando aproximadamente 4,3% de resíduos recicláveis, mas dentro do nosso Plano Municipal de Gerenciamento dos Resíduos Urbanos, do PMGIRS, que é a cartilha do DMLU, é a bíblia do DMLU, nós temos indicadores que, inclusive, projetam um aumento desses níveis de reciclagem na cidade. Um pouco antes da enchente do ano passado, de maio, eu assumi, duas semanas antes, a direção geral do DMLU como responsável por aquele órgão. Na primeira semana de maio, nós tivemos o maior desastre climático no nosso Estado do Rio Grande do Sul, que atingiu Porto Alegre e outros 490 municípios de nosso Estado. E foi uma grande operação, e eu faço questão de destacar aqui nessa comissão, presidente, porque foi uma operação gigantesca. Eu não conseguia fazer a limpeza, não consegui planejar a limpeza da cidade com os nossos insumos próprios, nossos colaboradores e nossas máquinas do dia a dia da cidade. Trinta por cento da nossa cidade foi totalmente alagada e nós tivemos que fazer uma grande operação de guerra para fazer a limpeza da cidade. Quando eu falo isso, eu quero mencionar que nós tivemos que fazer contratos emergenciais com empresas de outros estados da federação, bem como com empresas de Santa Maria, de Caxias do Sul, de Eldorado, porque todas as cidades foram alagadas. Então, eu trouxe maquinários, empresas, pessoas de outros estados da federação, como da Bahia, do Espírito Santo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de São Paulo que vieram limpar a cidade. E isso muito me orgulha, porque essa gestão, esse

planejamento de limpeza da cidade, foi altamente eficiente, onde conseguimos, junto com a Secretaria de Parcerias, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e outras secretarias parceiras, limpar a cidade em quatro meses. Nós retiramos, senhoras e senhores, principalmente aos nossos catadores que participam aqui da nossa Mesa, ao Fórum Estadual dos Catadores também, minha saudação especial, e a todos que estão aqui nos assistindo, inclusive pela imprensa, mais de 190 mil toneladas de resíduos das calçadas de Porto Alegre, Ver. Byl. Nós tivemos o apoio de todas essas secretarias e de todos os parceiros e conseguimos, através de uma gestão, criar pontos específicos. E isso, muitas vezes, tivemos alguns colegas vereadores aqui na cidade que criticaram por fazermos grandes montanhas de resíduos, que foram chamados de bota-espera. Se nós não tivéssemos feito essa dinâmica de criar o bota-espera, não teríamos dado agilidade, porque caminhões pequenos circulavam dentro dos bairros, depositavam esses resíduos em nove terrenos e ali dava mais eficiência a essa logística. Depois, faríamos essa limpeza, e já estamos fechando o último bota-espera na cidade, e esse valor vai se aproximar de 200 mil toneladas de resíduos.

Voltando um pouco ao tema principal da nossa reunião técnica aqui, acho que é importante destacar que o DMLU, por meio da nossa equipe de engenharia, participou de diversas reuniões junto com a Secretaria Municipal de Parcerias. Até então, a secretária Ana Pellini, concursada do Estado, auditora, contadora do Estado, era secretária de Parcerias do Município e liderou a criação dessa parceria público-privada dos resíduos da cidade de Porto Alegre. Tivemos aproximadamente dois anos e meio de construção, de elaboração, na verdade, desse procedimento de manifestação técnica para os resíduos sólidos da cidade. Tivemos, como disse meu colega aqui da Prefeitura, diversas contribuições. Só de uma empresa parceira, descobri essa semana que foram mais de 140 contribuições. Então, ele está na fase, neste momento, de apresentação das melhores propostas, das melhores contribuições, e isso se dará por meio de um trabalho bastante intenso, tecnicamente. Teremos, aproximadamente no meio do mês de abril, a primeira audiência pública para a apresentação desses

resultados. Mas a nossa equipe da Secretaria de Parcerias está, hoje, debruçada no levantamento de todas essas contribuições. Como foi apresentado aqui, tivemos um tempo de abertura para receber todas as contribuições, e a UFRGS fez diversas contribuições muito importantes para esse trabalho. A partir de agora, começamos a elaboração, de fato, no segundo momento, do edital de concessão, no qual, até este momento, tivemos as contribuições da empresa Infraway.

Então, eu me coloco à disposição para maiores questionamentos, vereador, mas tenho certeza de que essa modelagem final que teremos, e também tudo isso com vistas às metas do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), que também é uma outra grande bíblia à qual nos debruçamos, quando fazemos todo o acompanhamento da gestão dos resíduos de uma cidade, de um Estado, ele é regido pela União. Nós teremos metas muito significativas, inclusive de reduzir os resíduos que são destinados aos aterros. Então, todo esse trabalho, tenho certeza de que será financiado pela taxa do lixo, que já é paga por todo contribuinte na cidade, que está atrelada dentro do IPTU. E acho importante ressaltar que nós tivemos um decréscimo bastante significativo desses valores, porque, em um ato muito sensível, o prefeito Sebastião Melo reduziu, ou melhor, isentou, o IPTU das áreas alagadas. O prefeito disponibilizou, com o apoio da Câmara de Vereadores, o não pagamento do IPTU para 30% das áreas alagadas, e isso reduziu de forma significativa o nosso orçamento do DMLU. Muito obrigado.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Obrigado, diretor Carlos. Consulto agora se o secretário adjunto Gelson Guarda gostaria de fazer uma manifestação.

**SR. GELSON GUARDA:** Primeiramente, bom dia a todos. Quero dizer que é uma grande honra estar aqui e parabenizar a comissão como um todo, por meio do seu presidente, Ver. Giovane Byl, e a todos que compõem a comissão. É muito importante para a Prefeitura estar aqui presente em uma reunião como

esta. E, assim como disse o Carlos e o nosso engenheiro, estamos tentando construir uma cidade melhor.

Com relação às enchentes, todos sofremos de uma forma ou de outra, mesmo aqueles que não tiveram suas casas invadidas pela água. Todos sofremos de uma maneira ou de outra com essa enchente, que esperamos que não venha mais. A última foi em 1941, mas esperamos que São Pedro nos ajude e que ela não retorne. Tentamos reconstruir a cidade com a parceria de muita gente, de órgãos públicos, voluntariados, pessoas que vieram de outros estados, numa comunhão de feitos que fizeram com que a gente pudesse reconstruir a cidade, como disse o Carlos, em quatro meses. O que tinha de lixo para ser retirado... E não foi só aqui, foi praticamente em Canoas, a gente esteve ali presente também, e no interior, como um todo. Teve cidades que foram totalmente devastadas. Agradeço o convite, e a Prefeitura Municipal está sempre aberta à conversa, a melhorias, e por isso estamos aqui para responder a qualquer pergunta que venha dos presentes. Obrigado.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Obrigado, secretário. Para compartilhar com todos e todas, vamos ter aqui na Mesa a manifestação não só do grupo de trabalho, mas também da representação do Movimento de Catadores e Catadoras. Depois, vamos abrir inscrições para os presentes que queiram deixar alguma opinião ou alguma dúvida.

Antes de passar para a professora Ana Mercedes, gostaria de registrar algumas presenças muito importantes aqui para a nossa reunião de hoje. A Ana Berni, que é da Casca Socioambiental e do SindiBancários; a Joice Maciel, que é da Apoena Socioambiental; a Cíntia Samanta e a Fabiana Machado, que são da Associação dos Moradores da Chocolateão; a Maria Clara, que é da Ksa Rosa; a Karla, que é do Movimento Lixo Zero; o Anilam, que é do Coletivo Pró-Catador de Porto Alegre; o José Carvalho, que é do mandato do senador Paulo Paim; o Henrique e a Tatiana, que são da Avesol; o Emerson Prates, que é do Ser Ação, também é do Ingá, sempre nas lutas socioambientais da cidade; o Antonio Matos, que também é do Fórum de Catadores de Porto Alegre; e o Maximiliano

José, que é do Preserva Redenção e do Movimento Não ao Lixo de Viamão, se eu entendi bem aqui.

Então, agradecer as presenças. Percebo também a presença do Marcelo Dias e do Rodrigo Sabiá, que são do mandato da deputada estadual Bruna Rodrigues. Ao longo da reunião, vamos seguir fazendo as citações de quem eventualmente não foi mencionado ou mencionada.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Perfeito. Então, aproveito, já havia citado o Antonio Matos, e agora quero convidá-lo para compor a Mesa, representando o Fórum de Catadores e Catadoras da cidade. Fique à vontade. Mais uma vez, bem-vindo. E, agora, passo a palavra para a professora Ana Mercedes e, mais uma vez, agradeço a sua presença. Imagino que também teve que adaptar a vida acadêmica para poder estar no debate aqui conosco, mas é muito importante quando a Câmara se abre para ouvir as contribuições da Universidade. Fique à vontade, professora.

**SRA. ANA MERCEDES SARRIA ICAZA:** Muito obrigada. Eu agradeço também o convite e parabenizo pela iniciativa. Fazia um tempo que a gente estava querendo ter uma audiência que nos permitisse este debate entre o poder público e a sociedade. Acho que você já citou a importância que tem esse debate para a cidade e a relevância de poder trazer essa discussão para, como você colocou, fazer uma Porto Alegre melhor, que é o que nós estamos querendo e esperamos que seja o objetivo de todos aqui.

Então, eu queria fazer brevemente, dizer que já foi dito, nós fizemos essa análise técnica de proposição de alternativas à PPP dos Resíduos Sólidos de Porto Alegre. Então, esse é um grupo de trabalho, como já foi dito, que foi criado quando surgiu a proposta de... A consulta pública, quando nós ficamos sabendo da consulta pública, e é um grupo de trabalho integrado pela sociedade civil, integrado pela universidade, principalmente a UFRGS e pesquisadores da

Unisinos, entidades da sociedade civil das mais diversas áreas, os catadores e a sociedade civil de uma maneira geral, de diversos movimentos e de diversas áreas. Temos especialistas em engenharia, em direito, em administração pública, em sociologia; isso também nos dá um elemento interessante para poder trazer essa abordagem, que é uma abordagem mais holística, mais integrada em relação à proposta. Então, fomos provocados por uma constatação inicial de que a consulta pública se colocou em um prazo ínfimo, em um período de recesso, e nós dizemos que esse é um problema sério que precisa ser discutido, não pode passar assim. E a nossa primeira grande preocupação é uma questão de participação e de debate público, e, nesse sentido, a contribuição da universidade. A gente foi atrás e disse: Bom, do que se trata? São mais de 20 documentos – você tinha colocado aqui, para o representante da Secretaria das Parcerias, mais de 20 documentos. Como a gente pode fazer isso, se apropriar disso, e como a gente pode, então, começar a fazer uma análise. E nossa grande pergunta é: Esta uma boa proposta para Porto Alegre? E quais são seus principais problemas? E que propostas alternativas podem ser feitas a ela? Então, nesse sentido, eu queria dizer que nós temos dois documentos disponíveis, para quem não sabe, alguns de vocês já tiveram acesso. O primeiro, que foi apresentado na UFRGS, em janeiro, que é o documento de análise da proposta; e um segundo documento, que é a proposição de alternativas aos elementos críticos da PPP de Resíduos Urbanos de Porto Alegre. Está disponível para todos e todas, e eu acho que isso é importante, nós temos a universidade articulada com todos esses atores sociais, como você colocou, vereador, tem a Frente pela Gestão de Resíduos Sólidos Participativa. Nós temos essa ideia fundamental, que é a participação. E dizer: olha, o que a sociedade tem a dizer? Como é que nós estamos reunidos? Essa frente está muito ativa. Então, nós temos esses dois documentos, que servem de base. Vou passar brevemente, porque tem bastantes elementos, e eu acho que o objetivo da audiência é aprofundar. Então, só vou pinçar alguns elementos. A primeira parte do documento é a análise da proposta da Prefeitura. Acho que já foi, em linhas gerais, colocada, mas era bem importante entender. Até foi dito:

quais são os elementos principais? E uma questão que nos preocupa é isso: 35 anos de concessão. A Prefeitura faz uma análise, identifica uma série de problemas que todos nós vivenciamos, que todos nós conhecemos. Porque, se há uma série de problemas em relação a ter as metas, o que Porto Alegre... Já foi dito, Porto Alegre foi pioneiro, e nós estamos em uma situação bastante crítica. Há alguns elementos que estão apresentados, então, nesse sentido, a proposta da Prefeitura... Já foram colocados os principais elementos, essa parceria público-privada por 35 anos é uma questão importante. A empresa concessionária terá a exclusividade, então, de realizar a totalidade dos serviços públicos. E, aí, a continuidade das unidades, já foi dito, mas também a questão das UTVRs... Não há um direcionamento definido para os catadores, acho que já foi colocado no início, e o problema com as UTVRs. Nós vamos tratar um problema importante, porque a concessionária tem, nesse sentido, na remuneração, já foi falado, a taxa do lixo é contraprestação pecuniária e as receitas alternativas que ela tem a partir da comercialização, inclusive, utilizando as UTVRs. Aí nós estamos identificando alguns problemas que vou apresentar depois. É uma proposta que vai ser detalhada depois, só seis meses depois do funcionamento, então, uma série de planos, a gente só vai poder se aprofundar depois, nesse sentido. Basicamente, a partir desse modelo da Prefeitura, a gente traz algumas críticas que vou destacar também de uma forma breve. Em primeiro lugar, eu já coloquei a falta de participação social e os prazos da consulta pública. Há alguns elementos, houve alguns espaços de conversa com a Prefeitura, mas a gente acha que são absolutamente insuficientes. Inclusive, secretário, estávamos falando sobre a questão dos contratos, há uma pendência de discussão disso. Há uma carência de participação social, a consulta pública foi limitada. Nós conseguimos mobilizar, e isso é importante, vejam só, saber que esse movimento também traz um debate para a cidade, então, isso é importante. A falta de audiência pública, que bom que já está sendo programada, que bom que nós estamos tendo essa audiência, mas a gente acha que já deveriam ter tido outras audiências para aprofundar, para entender. Porque, se você coloca 26 documentos, coloca... (Ininteligível.) ...mesmo que seja

---

formalidade, isso é insuficiente para entender, para se apropriar e para poder contribuir. Então, uma das nossas grandes críticas é que entendemos que a proposta é inadequada para a solução dos problemas da cidade. Essa é a primeira questão. Entendemos que é um desenho linear, que pretende 35 anos de concessão, mas a grande questão é que a gestão de resíduos é um problema complexo, e ele não pode “ah, então acho...” Temos um problema, temos uma única solução. Isso nos coloca perante um problema fundamental, que pode ser, em um momento determinado, grande demais para falhar e caro demais para ser interrompido. Então, da forma como está, os processos de gestão de resíduos precisam ter uma capacidade de flexibilidade, de testagem em qualquer lugar. E essa proposta linear apresenta uma solução que é muito arriscada para a cidade. Por outro lado, ela propõe o monopólio, o desmonte da cadeia de gestão de resíduos, porque está basicamente centrado numa empresa concessionária, apesar das UTs, que ficam, na verdade, destinadas apenas à triagem e não há uma interlocução com os diferentes *stakeholders* da cadeia. Ela tem também metas altamente insuficientes. Já foi colocado aqui, pode ser que Porto Alegre esteja melhor que os dois e pouco por cento do Brasil, mas é altamente insuficiente comparado com outros municípios e com outras metas. Inclusive, a meta em 35 anos é 55% de desvio de aterro, o que achamos que é insuficiente para os 35 anos. Tem cidades, como Florianópolis e outras cidades, que estão se propondo a isso em 10 anos, e até 2030, inclusive, com metas maiores. Então, você vai investir um monte de recursos com a perspectiva de que supostamente vai ser melhor e, em 35 anos, você vai ter um resultado insuficiente. Então, não é adequado e não está à altura do que uma cidade como Porto Alegre, que já vivenciou um processo grave e que continua vivenciando todos os problemas climáticos, precisaria. A gente identifica algumas coisas sobre o que seriam esses problemas complexos. Só queria mencionar a questão da abordagem sistêmica, envolvimento dos *stakeholders*, experimentação e interação, inovação e criatividade, aceitação da ambiguidade. Nada disso, desses elementos que deveriam lidar com esse tipo de problema está presente na proposta. É uma análise geral, mas ela é fundamental porque nos remete ao

modelo da proposta. Então, a gente posteriormente aprofundou algumas premissas que devem nortear a gestão de resíduos sólidos de uma cidade e entendemos que, em vários elementos, quer dizer, nós estamos trazendo as críticas fundamentais. Tem alguns elementos que a proposta traz, inclusive que depois a gente recupera da nossa proposta. Por um lado, o uso de tecnologias que reduzam verdadeiramente... Essas são premissas que devem ter toda a gestão de resíduos em uma cidade, o uso de tecnologias que reduzam verdadeiramente o impacto ambiental e o fechamento dos ciclos da economia circular. Esse é um elemento importante, e aqui nós temos uma crítica também à lógica. Porque o que acontece? As UTs vão continuar fazendo a coleta seletiva, mas há uma previsão de que uma parte... As unidades de tratamento e valorização de resíduos vão poder, e a concessionária vai ter isso como receita, processar, digamos assim, e extrair uma parte desses resíduos. Então, no lugar de os resíduos que podem ser recicláveis estimular a reciclagem, o que vai acontecer? Esses resíduos vão tudo misturado com a coleta até os UTVRs, e lá eles vão ser separados. E isso entendemos que é um problema sério, um problema grave para a cidade, por vários motivos. Então, ele tem baixa eficiência, mas grandes ganhos para as concessionárias. Tem alto impacto ambiental, porque, vejam só, o caminhão vai levar para a UTVR, e aí tem uma compactação no caminhão, chega na UTVR, mas ele já está misturado. Então, o resíduo orgânico que fica está misturado com o plástico, e o resíduo que vai para a reciclagem, ele também é de baixa qualidade.

Então, essa proposta nós queríamos que pudesse ser discutida a fundo, porque essa proposta precisa ser colocada como um grande debate. O que acontece também? Por que eu vou fazer a triagem dos meus resíduos, se, depois, eu coloco tudo junto e isso vai para a unidade da UTVR, e ela vai lá separar? Isso desestimula a educação ambiental da cidade e desimplica a própria população, que, na hora de uma crise ambiental, inclusive isso é grave, porque, se a população está clara de como é que é, de como é que funciona, isso vai ter outras maneiras de funcionar na hora de uma emergência. O que acontece agora? Não, eu me desestimo. E isso, o que vai acontecer com as cooperativas

e associações? Por que as pessoas vão querer encaminhar para a coleta seletiva se podem fazer desse jeito? E isso é um problema central, porque desestrutura uma visão integrada que deve ter a gestão de resíduos da cidade. Essa é a grande discussão. Acho que as propostas não são fáceis. Nós temos esse debate em todo o mundo e no Brasil, mas Porto Alegre está na oportunidade de poder fazer uma discussão e de trazer uma proposta mais usada e que não seja simplesmente descartar tudo e ir para o lixo, para o aterro e, no final, as metas não são ambiciosas. Imagina, o resíduo pode até ser aproveitado, mas vai estar cheio de microplásticos, cheio de substâncias. Isso é ruim para o lençol freático, ruim para a água, ruim para o ambiente. Então, aí há um problema importante que nós queríamos chamar a atenção hoje.

Vou ser mais rápida. Eu queria destacar isso como um problema. E em que medida essa proposta é realmente ambientalmente e socialmente adequada às necessidades de Porto Alegre? É caro também, porque vai ser um investimento caro. E que retorno isso tem em termos de eficiência para a cidade? Essa é uma questão fundamental. Sem contar, já falei, mas acho que isso vai ser reforçado posteriormente, sobre o impacto que isso tem nas unidades. Não adianta dizer que elas vão ter investimentos se, em última instância, o monopólio vai ficar na concessionária. E aí a tendência é que o resíduo não se aumente na sua origem em relação à educação ambiental e ao aumento do material que vai realmente para ser triado, para ser reciclado.

Segundo, a questão do engajamento da população, que eu já falei, implicado no outro, não há engajamento da população. A proposta fala em educação ambiental, mas nós entendemos que uma proposta de resíduos tem que estar articulada com metas que a população tem que se apropriar, tem que estar integrada no território para que isso realmente aumente. E esses são modelos em diferentes partes de experiências que precisam ser retomados para Porto Alegre também, porque, dessa maneira, não engaja a população. Pelo contrário, descompromete a população em um momento em que o que nós precisamos justamente é avançar nesse sentido.

A outra premissa é a responsabilidade compartilhada. Isso tem a ver com o ciclo de vida dos produtos. Aqui a gente está trazendo questões que dizem respeito a diretrizes que sinalizem que as empresas, fabricantes, varejistas e demais, ou seja, da cadeia, sejam corresponsabilizados pelos produtos que despejam no Município, senão, entregamos para a concessionária e já deu. Não, nós temos todo esse elemento que não está citado. Não é uma questão propriamente da PPP, mas ela tem que estar integrada e não aparece. Então, isso tem que ser considerado, inclusive no financiamento e na forma como se tratam os resíduos. Daí, a última coisa que contraria as premissas que devem nortear é a questão da governança. Nós entendemos que essa governança deve ser como está aqui. Não pode ser poder público/concessionária. Tem que integrar os diferentes *stakeholders* das cadeias, tem que integrar a sociedade como um modelo de gestão. Isso é uma proposta, então, que não fortalece a transparência, que não fortalece, inclusive, o controle em relação às metas. Você tem que ir dizendo, em tantos anos, vão ter essas metas, e isso não está colocado. Falta de diferenciação entre objetivos econômicos e sociais. Inteligência de dados, que é uma coisa básica para gestão de resíduos, também não está suficientemente contemplada. E isso é fundamental, porque é isso que vai dar uma qualidade da proposta..

Então, aí tem outros problemas importantes. Uma questão importante também que tem a ver com essa Câmara, eu acho que vai ser também aprofundado depois, que são os problemas de eficiência operacional. Não está muito claro. Há um pressuposto. Vamos entregar para a empresa privada, ele é mais eficiente que o poder público, então vai ser melhor. Se vocês veem, inclusive, em termos do *Value for Money*, esse é o argumento que está colocado, e não há um argumento claro. A gente não tem suficientes dados para poder ter afirmações contundentes, mas não indica que a fórmula de cálculo da contraprestação estimule a inovação, não indica que esse é realmente um investimento que vai trazer os resultados para a população. Pelo contrário, inclusive, para os cofres públicos, tem algumas perguntas que a gente coloca aí. As conclusões da análises têm a ver com o que eu falei, não vou repetir. A

proposta é adequada? Não. Ela tem elementos que podem servir, mas, no seu modelo geral, ela não é o que o Porto Alegre precisa, e precisamos aprofundar. Espero que a análise técnica dos resultados da consulta pública permita trabalhar nessa direção e se colocar à disposição. Nós já falamos de separação ineficiente e contaminação dos materiais recicláveis, impacto ambiental negativo, prejuízo para as cooperativas e catadores, alto custo e baixo retorno para a população. Pode passar.

Relacionado a isso, então, o que nós vamos falar, propor? Porque o pessoal vi começar a dizer, vocês fazem uma crítica, mas e aí? O que é a proposta? A gente entende que tem que ser uma proposta flexível, que tenha metas de médio prazo e não de 35 anos. Claro, não é que não pode ser de 35 anos, mas ela tem que ir sendo ajustada e não apenas dizer é 35 anos e deu. Transparente, em comunicação permanente com toda a sociedade, divulgação de metas, das porcentagens atingidas, de desvio de aterro, de reciclagem, dos resultados obtidos, dos investimentos realizados. É chave isso também dentro do modelo. E adequada às premissas básicas que devem nortear a gestão de resíduos, com a devida participação das organizações dos catadores e catadoras. Basicamente, o que nós estamos propondo, ou é o início de uma proposta que foi discutida também pelo grupo, nós estamos propondo o zoneamento da cidade e a criação de centros de referência de gestão de resíduos, que articulem no território e que articulem esses elementos da educação ambiental, da triagem, valorização dos resíduos, da separação, a informação regionalizada. Essa é uma questão importante e que pode ser inovadora para a cidade, e ela está inspirada na coleta seletiva solidária, que está estabelecida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, e que também prevê, então, a valorização dos catadores, não apenas como os triadores, mas também como um elemento ativo. Foi falado no início a questão dos agentes ambientais, e esse trabalho, por zoneamento, que possa ser trabalhado, inclusive, a partir de alguns projetos-pilotos que possam ser implementados com toda a estrutura e, claro, com demanda também para que isso funcione. Pode passar. A separação na origem como prioridade,

valorização dos recicláveis e aproveitamento do resíduo orgânico, participação social e governança transparente, financiamento compartilhado e justo.

Então, esses seriam elementos fundamentais que a gente está colocando aqui, inclusive. É um grupo de trabalho, mas a gente está dizendo que esse grupo de trabalho é para justamente trazer o debate, poder aprofundar e poder ter como resultado a melhor proposta para Porto Alegre. Algumas coisas já foram ditas, de como a Prefeitura vai processar as sugestões, não são questões pontuais, é um modelo que precisa ser revisto em questões fundamentais. Como a gente amplia o debate e a informação da população, se esse é um elemento-chave do processo, como é que isso se dá. E, então, a gente convida todas e todas a ler os documentos, a se aprofundar e a estar ativo. Pedimos também uma maior interlocução com os diferentes atores, com os espaços catadores e a Prefeitura, porque é dessa maneira que a gente acredita, e com a universidade também, que a gente acredita que poderemos encontrar uma solução adequada para Porto Alegre. Era isso. Muito obrigada. (Palmas.)

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Professora Ana Mercedes, quero mais uma vez te agradecer. Aqui tu foste porta-voz de um trabalho coletivo. Quero mais uma vez registrar o brilhantismo desse trabalho coletivo. Inclusive, na reta final da apresentação, você trouxe algo que é muito importante, porque, por vezes, no debate político aqui na Câmara, um dos argumentos apresentados é exatamente que há uma crítica, mas não há uma alternativa apresentada. Então, há um esforço aqui feito de análise, de identificação das insuficiências, das contradições, dos problemas e alternativas colocadas ao debate. E por isso que a gente precisa insistir e investir no nosso direito a poder discutir e construir coletivamente as saídas para o tema da gestão de resíduos na cidade. Parabéns.

**SRA. ANA MERCEDES SARRIA ICAZA:** Obrigada. Uma coisa que eu esqueci de dizer. A gente fez essa análise e identificou 19 elementos-chave que a Prefeitura está colocando para a concessionária da PPP, e a gente analisou que

alguns podem continuar como parte da PPP, e outros são os que têm de ser revisados. Nós identificamos isso. Tem uma proposta bastante detalhada que amplia isso que eu coloquei agora, mas que não dá tempo de apresentar aqui. Eu acho que talvez o Fagner, a Paula e o Sr. Antonio podem continuar, mas apenas para dizer que a gente também não está desconsiderando todos os elementos. Porque há elementos, como investimentos, como a questão da reforma das unidades, como uma série de questões, que a gente entende que podem continuar como parte da PPP. O grande problema é isso. E que não pode se colocar para 35 anos coisas que precisamos trabalhar de uma outra maneira. Era isso.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Perfeito. Eu quero aproveitar para registrar aqui também a presença do Rodrigo Henrique, que é da associação Desabafa; da Maninha, que é da Frente Parlamentar dos Catadores do RS, chegou aqui para participar do debate conosco, e da própria Paula Medeiros, que já se somou à Mesa e que também é do Fórum de Catadores e Catadoras. Gente, vocês devem ter visto que o Anderson chegou aqui com essas folhas todas. Eu pedi para o Anderson fazer a impressão desses dois documentos técnicos que eu vou deixar com os vereadores e vereadoras da comissão. Eu não sei se o documento das propostas alternativas já tinha sido entregue ao governo, porque é o último documento, talvez não tivesse sido entregue, mas eu vou aproveitar a oportunidade para fazer a entrega. Eu sou alguém que não abre mão da minha posição ideológica. Todo mundo sabe qual é a minha visão de mundo. E eu acho que todo debate político é ideológico, essa é a minha posição. Eu lamento uma outra coisa. O que eu lamento? Que, muitas vezes, nós ficamos em um embate político que não nos permite fazer o debate com profundidade. E eu quero insistir na expectativa de que a gente possa debater esse tema com profundidade. Então, por essa razão, diante do esforço de produção feita pela frente, a partir do grupo de trabalho, eu vou entregar para os vereadores e vereadoras, também para o governo, em especial essa última parte, porque eu tenho certeza que aqui tem qualidade na discussão. E, se a

gente se basear por essa qualidade na discussão, eu acho que nós vamos conseguir construir um caminho melhor para o futuro da nossa cidade e para a nossa gestão de resíduos. Então, vou fazer a distribuição, mas, de imediato, passar para o Fagner, do MNCR, poder começar as intervenções aqui dos catadores e catadoras da cidade. Mais uma vez, agradecer a presença, Fagner.

**SR. FAGNER ANTONIO JANDREY:** Bom dia a todos, todas, todes, companheirada catadora que está aí, vereadores, vereadoras, Prefeitura, enfim, todo mundo que está presente. Eu vou tentar ser o mais breve possível, porque acho que tem uma questão de horário também, e para a participação do restante. Eu gostaria de começar a fazer a minha fala no sentido de que foi citada aqui em várias falas a questão das enchentes, de que todos sofremos, mas todos sofremos de uma forma desigual, e isso é uma coisa que precisa ficar pontuada. Os pobres foram os que sofreram mais e que sofrem até hoje nessa situação. Então, não é que todos sofremos igualmente, nós sofremos de uma forma desigual, e quem é pobre sofre muito mais nessa sociedade. Isso precisa ficar pontuado.

A outra questão que eu queria colocar, é a primeira questão em relação a essa modalidade de concessão de PPP. Esse é o primeiro questionamento que estamos fazendo, que se essa é a melhor alternativa para Porto Alegre, como alternativa administrativa para a gestão dos resíduos sólidos. Porque o principal argumento colocado pela Prefeitura é de não haver recursos para se fazer os investimentos iniciais da necessidade que se tem. Existe uma constatação, que eu acho que é unânime, que o sistema não funciona, que precisa ser melhorado. Acho que é o que todo mundo concorda aqui na cidade, que a gente precisa melhorar o sistema de gestão de resíduos na nossa cidade. Isso é unânime, a divergência está nas alternativas. E a primeira crítica é a modalidade da concessão, da parceria público-privada ser a modalidade escolhida. Segundo os argumentos da Prefeitura, o principal motivo é não haver recursos financeiros para se fazer o investimento inicial. Porque todo o projeto, durante todos os 35 anos, vai ser mantido pela taxa da coleta do lixo, ou seja, com recurso público.

E o que está previsto também no edital de consulta pública é que o investimento inicial, esses 200 e poucos milhões necessários para fazer esse investimento inicial e o decorrente do processo, vai ser adquirido através de um financiamento da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que são bancos públicos. Então fica a primeira pergunta: será que a Prefeitura não poderia também fazer esse papel, de fazer esse financiamento, de fazer essa gestão, de fazer esse investimento, já que todo o restante do projeto vai ser mantido através da taxa da coleta do lixo? Esse é o primeiro questionamento que a gente faz, que é sobre a modalidade escolhida pela Prefeitura, que, na verdade, só está tendo todo esse debate, que está sendo muito proveitoso, muito produtivo, porque houve uma mobilização na sociedade. Porque o projeto inicial apresentado no final do ano, em que a consulta pública foi em um período de recesso, não foi amplamente divulgada a participação das pessoas sobre esse tema, foi inicialmente colocado como uma forma de lançar para que seja assim e lá nós já vamos lançar o edital sem muita discussão. E que bom que não foi assim, que bom que a gente está aqui, que bom que a gente vai continuar esse debate. Então fica esse primeiro ponto.

O segundo ponto que a gente queria trazer aqui, fortalecer, que foi muito falado pela professora Ana, é sobre o modelo de gestão de resíduos que está sendo apresentado – a primeira proposta. Todo mundo está muito marcado ainda sobre os impactos das mudanças climáticas e da necessidade que a gente tem de mudanças de hábitos, principalmente hábitos na administração pública e privada, para que a gente possa salvar o nosso planeta. E como a gente trata os resíduos sólidos, o lixo, que é chamado como lixo, tem a ver com isso. Então esse modelo de gestão de resíduos que está sendo proposto pela PPP é um modelo, como já falado pela professora, linear, que é um modelo tradicional de gestão de resíduos, que foi iniciado antes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que é o quê? Consume, descarta, enterra. É uma linha, é um modelo de gestão linear. Não está potencializando a economia circular, não está potencializando a reciclagem. Então, por que é um modelo de gestão linear? Por que a gente acha que é isso? Porque ele investe pouco na educação ambiental.

Depois a gente vai falar um pouco sobre detalhes, se tiver tempo, mas está previsto apenas R\$ 200 mil por ano em educação ambiental. É muito pouco comparado aos outros recursos nas outras áreas. Se investe pouco em educação ambiental, se investe na quase totalidade de serviços passados para a concessionária, não se pensa na compostagem, na separação, na fonte, como a professora falou, do resíduo orgânico, porque o resíduo orgânico é um resíduo reciclável e precisa ser trabalhado na fonte, ele não pode ser misturado. Se a gente tem essa oportunidade de mudar as coisas, a gente tem que pensar para frente, pensar em alternativas que realmente sejam efetivas, que tragam resultados bons para todo mundo, para a saúde pública, para o meio ambiente, enfim. Essa modalidade de misturar todo o resíduo e mandar para um grande local, isso é um retrocesso, é andar para trás, não é andar para frente, não é a gente pensar em inovação. Misturar todo o resíduo e mandar para um lugar, separar, contaminar, vai baixar a eficiência, vai baixar a reciclagem. Não envolver os catadores e catadoras como protagonistas em toda a cadeia produtiva, limita os catadores apenas a triadores e, ainda assim, dá a opção de quarterizar esse serviço, sendo que os catadores podem ser contratados pela concessionária, em vez de manter o contrato público; não pensa em alternativas para os catadores autônomos, que são a grande maioria na nossa cidade. Inclusive, se o índice citado anteriormente de reciclagem, que foi quatro vírgula alguma coisa, que o senhor falou, é muito maior por causa dos catadores autônomos, que fazem uma coleta quatro vezes mais eficiente que o DMLU, e o próprio DMLU cita isso. Enfim, não se pensa nesse modelo um espaço para esses catadores autônomos, que são a grande maioria. Estima-se que sejam mais de 7 mil pessoas que trabalham nas ruas em Porto Alegre.

Então, esse é um outro elemento da nossa crítica. Esse modelo é um modelo de gestão integrada de resíduos sólidos, como prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos, ou é somente a continuidade de um modelo linear de gestão de resíduos que não vai trazer, de fato, inovação, na prática? Não estamos falando em discurso, no que está colocado, na prática, não vai trazer.

Então, essa é a grande discussão em relação à PPP colocada aqui pela professora, o que a gente vem trazendo de elementos, mas que ainda é uma coisa que está em discussão, está em construção, e que bom que a sociedade está participando. Porém, tem uma situação atual dos catadores e catadoras, e essa situação atual é que nos leva a ter os posicionamentos que temos. Porque, atualmente, a Prefeitura de Porto Alegre não consegue cumprir com a sua tarefa de dar condições de trabalho decentes para as catadoras e catadores de Porto Alegre. E isso é um fato, não tem como negar isso.

Até hoje, não conseguimos avançar em um contrato digno para as cooperativas e associações. Após a saída da Prefeitura da mediação no TRT, que foi finalizada porque a Prefeitura se retirou da mediação, foi criado um grupo de trabalho para criar um contrato com todas as secretarias, tribunais, ministérios, catadores, todas as entidades que estavam na mediação. As reuniões foram suspensas, não foram retomadas. A Prefeitura, durante toda a mediação, e durante todas as três ou quatro reuniões que tiveram no grupo de trabalho, não conseguiu trazer uma proposta de contratação digna para as cooperativas e associações. E as reuniões do GT estão suspensas, não estão acontecendo, nem tem previsão para acontecer, não sabemos o que vai acontecer. Até é uma das perguntas que a gente deixa: Quando vai ser retomado esse GT para elaborar o novo contrato das cooperativas e associações?

Existe um processo em que os catadores autônomos estão sendo perseguidos e criminalizados, em vez de serem valorizados e incluídos no sistema de limpeza urbana. Em várias situações já houve apreensão de carrinhos, apreensão de material, Prefeitura cometendo crime ambiental, multando os catadores autônomos, pegando resíduo reciclável que estava dentro dos carrinhos e colocando no caminhão da coleta tradicional para ser enterrado. Isso é crime ambiental, e quem fiscaliza isso? E por que continua assim, sendo que os catadores autônomos são os principais responsáveis pelos altos índices de reciclagem na cidade. Essa é uma das coisas da situação atual. Uma precariedade na estrutura de trabalho.

E, recentemente, também, o último elemento, daí já vou finalizar a minha fala para contribuir com o tempo, a gente negociou com a administração municipal um auxílio emergencial para as cooperativas – porque havia uma crise de mercado e também por não haver um contrato digno em Porto Alegre – por um ano. Esse auxílio seria mantido até que estivesse um contrato, porque todo mundo achou que ia ter um contrato melhor ou mais digno em um ano; finalizou o auxílio emergencial no final do ano passado, e, até hoje, continuam sem o auxílio. A situação segue muito difícil nos galpões de catadores e catadoras, porque é muito difícil manter as pessoas numa situação dessa, que depois a Paula e o Sr. Antônio vão falar melhor, com uma baixa segurança de sustentabilidade.

E, por fim, vamos falar um pouco aqui qual é a nossa alternativa. A nossa alternativa é que a gente seja, de fato, visto como profissionais que somos. Catadores e catadoras são profissionais, é uma categoria de trabalhadores e trabalhadoras. Então, a gente precisa ser visto como esses profissionais no modelo de gestão integrada, de gestão de resíduos da cidade, não ser visto como pessoas que precisam de ajuda ou que têm que estar ali recebendo auxílio da assistência social. Nós somos profissionais e queremos ser valorizados como somos.

E, nesse sentido, a gente defende que a gente possa assumir parte desses serviços na cidade, assumir a coleta seletiva na cidade, fazer parte também da ação de educação ambiental na cidade, fazer parte da questão da compostagem. A gente tem condições para fazer isso, a gente precisa ter o investimento necessário, o reconhecimento e a valorização para isso. Muito obrigado. (Palmas.)

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Muito obrigado, Fagner, por contribuir na discussão. E, nesse momento, eu passo para a Paula Medeiros fazer uso da palavra.

**SRA. ANA PAULA MEDEIROS DE LIMA:** Bom dia. Meu nome é Paula Medeiros. Sou catadora há 30 anos, lá no bairro Bom Jesus, com muito orgulho. Venho hoje aqui representar uma categoria de catadoras e catadores que sobrevivem única e exclusivamente da separação e comercialização de resíduos sólidos. Ou seja, sobrevivem do resto dos outros. E, ainda assim, me sinto muito orgulhosa de estar nesta Mesa aqui, porque foi a partir de um propósito da categoria que nós procuramos ajuda. Vendo que nós não seríamos atendidos, ouvidos, a gente, então, pediu ajuda. Pediu ajuda para a UFRGS, pediu ajuda para o Movimento Nacional, pediu ajuda para vereadores, pediu ajuda no Ministério Público, onde a gente pôde ir para poder ter voz, a gente foi. Então, me sinto orgulhosa, junto com a minha categoria, junto com os mais de 6 mil catadores e catadoras de Porto Alegre, estando aqui nesta Mesa discutindo, finalmente, o gerenciamento de resíduos sólidos em Porto Alegre.

Há 30 anos como catadora, acompanho como é feito o gerenciamento de resíduos sólidos em Porto Alegre. A gente teve o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, onde nós fizemos contribuições, assim como está sendo feito agora na consulta pública. E o gerenciamento de resíduos sólidos, até hoje, a gente não vê nenhum resultado plausível que está lá dentro daquele documento acontecendo junto com a categoria das catadoras e os catadores.

Eu sei que aqui, hoje, está sendo pautado muito mais do que pensar na categoria das catadoras e os catadores. É uma pauta ampla, uma pauta geral, que é sobre o gerenciamento dos resíduos em Porto Alegre. E a gente chega numa PPP no momento em que fica muito clara a impossibilidade de a Prefeitura conseguir fazer esse gerenciamento realmente acontecer. Enquanto categoria, a gente ofereceu várias alternativas, entregamos ofício, entregamos muitas, inclusive algumas foram absorvidas pela Prefeitura na gestão anterior, que é atual também, e teve resultados, resultados significativos. Então vejam que a nossa contribuição é efetiva para a Prefeitura. Nossas ideias são ideias de quem vive realmente o gerenciamento de resíduos sólidos.

A gente chega neste ponto para contribuir, para compartilhar, para tentar fazer com que entendam a importância dessa categoria para a cidade. É uma cultura

de Porto Alegre ter esses trabalhadores, catadores e catadoras, e eles não podem ser simplesmente extintos, ou então oferecer para esses trabalhadores outros tipos de profissão; as pessoas gostam de fazer isso. Pode ser que pensem que gostam de puxar carrinho, gostam de estar no sol, gostam de sofrer. Óbvio que não, mas onde estão as ferramentas para que essas pessoas melhorem as condições de trabalho delas? Não existe, não tem, e elas sempre foram pautadas. O DMLU é um departamento onde a gente senta há 30 anos, e avançamos muito pouco. Estou aqui na frente do diretor convicta do que falo, porque é uma dificuldade grande entenderem gente, que é uma categoria importantíssima e essencial para o município de Porto Alegre. O resultado está aí, as cheias de Porto Alegre, tendo como um dos motivos os resíduos sólidos sendo encaminhados de forma irregular, de forma errada.

Então, precisamos, através dessa possibilidade que temos de discutir a PPP juntos, que a gente possa melhorar essa condição desses trabalhadores. Eu fico contemplada, obviamente, com a exposição da professora Mercedes, com a fala do Fagner, enquanto Movimento Nacional. A gente vem se reunindo há muito tempo, estou aprendendo, inclusive, com essa possibilidade desses especialistas maravilhosos que se dedicam de forma voluntária para que isso daqui aconteça. E peço para que essa mesa e que essa audiência aqui, realmente, dentre tantas que nós já participamos, efetivamente dê algum resultado para a categoria. As pessoas estão sofrendo num calor de 45 graus, dentro das unidades de triagem, a quase 60, se a gente for ver o calor que fica lá dentro. A mesma coisa são pessoas que puxam um carrinho com o seu próprio peso do corpo. Então, é uma vulnerabilidade, uma categoria totalmente entregue para a criminalidade e para a vulnerabilidade dentro do município de Porto Alegre. Nós somos profissionais, nós somos uma categoria essencial para o município e nós precisamos desse reconhecimento e dessa valorização. Muito obrigada.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Muito obrigado, Paula. Eu vou passar a palavra para o Matos. E, enquanto eu passo a palavra para

você, Matos, vou pedir para o Anderson levantar a mão, para todo mundo conhecê-lo; o Anderson vai coletar algumas manifestações de quem está presente na audiência. Eu queria fazer o pedido para que a gente se organizasse para ter um máximo de cinco falas dos presentes, que a gente buscou na composição da mesa, ter cinco representações da frente constituída. E faço esse pedido para a gente tentar organizar de ser, no máximo, cinco falas, para a gente conseguir terminar em tempo regimental aqui da Comissão, em respeito aos servidores e servidoras. Então, agora passo a palavra para o Sr. Antonio Matos, depois para Dra. Paula.

**SR. ANTONIO MATOS:** Bom dia, companheirada, vereadores e vereadoras. Já tivemos umas belas intervenções aqui do... Eu digo, nós, a nossa grande panela que são os lutadores pelo ambientalismo. Então eu vou só fazer uns complementos. Em agosto de 2010, há 15 anos atrás, foi aprovado no Brasil uma das maiores leis da nossa República: o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Era um sonho de todo militante pela questão ambiental. E nós nos sentimos realizados nesse plano, porque nós fomos ouvidos desde o primeiro momento – o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Praticamente, a forma como foi iniciada a discussão, quando a Prefeitura nos chamou, ela é exatamente o contrário. Até as pessoas que foram falar não dominavam o assunto; dominam a economia, relação de contratação, mas não são do meio. Quero chamar a atenção para isso, para o Plano Nacional e para o evento, o grande evento que vai ter em Belém, em novembro, que é a COP30. Estamos no Brasil, temos orgulho. Qual é o militante no Brasil que não gostaria, ou não gostará, não tenderá a querer participar em Belém? Porque elas se relacionam, a questão da mudança climática com o nosso dia a dia. A gente pensa assim. A gente é militante dessa causa. Eu sou do Fórum de Catadores, presidente da Cooperativa de Trabalho e Reciclagem do Campo da Tuca, e é assim que a gente pensa; é desse jeito. O senhor falou assim, e deu uma risada: tomara que São Pedro... O que tem a ver São Pedro com as bombas não funcionando? É esse o problema; esse foi o problema. E, pior, aí o prefeito vai lá para Europa e vem com umas ideias. A

---

primeira coisa que ele falou na audiência dele foi exatamente tudo que nós falávamos. E por que se negou e disse que não era com ele? E essa confusão de botar a culpa nas chuvas, quando o problema eram as bombas? O problema da Zona Norte, lá, tem gente que mora abaixo do nível do Rio Gravataí, se a bomba não funciona, o que acontece? Aquilo que aconteceu. Isso é uma lei da natureza. A gente fica tergiversando. Foi isso que aconteceu durante todos os meses em que nós tivemos reuniões lá no TRT. A enrolação do contrato. Todos os trabalhadores, todos os cooperativados de Porto Alegre, todos nós somos terceirizados. A lei maior diz que compete ao município a responsabilidade pelo transporte, pela saúde primária e pela coleta seletiva. E nós trabalhamos com a Prefeitura, porque toda a coleta que é feita nas residências termina dentro dos galpões, e nós fizemos o último trabalho, que é a separação, a triagem, que compete pela lei para a Prefeitura. E eles se negam a nos pagar. Nunca pagaram. Tem um contrato, mas nunca pagaram. O que eles repassam para nós é de R\$ 5 mil a R\$ 7 mil por mês, que é para fazer a manutenção e a conservação: pagar água, pagar luz, pagar informática, limpeza, comprar luvas, comprar botinas. E os R\$ 5 mil ou R\$ 7 mil que nós recebemos, não servem para isso. Se alguém estiver com dúvida, algum vereador ou qualquer pessoa, vá num galpão de reciclagem e procure as botinas, procure as luvas. O dinheiro não chega a isso. Então, nós pagamos para fazer a triagem, que é uma responsabilidade da Prefeitura. Nós nunca recebemos, nós pagamos para trabalhar. Isso é uma vergonha. O presidente, na primeira reunião, presidente do Tribunal Superior do Trabalho, é o cargo maior do Brasil em relação ao trabalho, ele disse, na reunião de abertura, que o trabalho de vocês é um trabalho indecente. E a Prefeitura estava junto. E ninguém reagiu. Ninguém disse: não, eu discordo. Um trabalho indecente. É uma escravidão moderna. É isso. Um desrespeito. É assim. Essa reunião, se ela não encaminhar nada, ela serve para aquilo que vem sendo feito há muito tempo: uma conversa, um faz de conta que vamos até o fundo. É exatamente isso. Os senhores estão chegando agora na Prefeitura, têm que ter esse compromisso. Outro dia, por acaso, fiquei sabendo, no dia em que veio uma pessoa que tem um cargo importante na Prefeitura, ele

nunca trabalhou com reciclagem, ele não sabe o que é isso. Vai aprender quando? Se saiu de uma prefeitura em 31 de dezembro de 2024 e em 1º de janeiro ele entra num cargo importante como esse. Não sou eu quem define, quem define é o prefeito. Mas, por favor, bota gente competente, compreensiva. A gente fica até meio constrangido de ter que chegar a esse ponto, de bater de frente. É muito ruim isso. Nós não gostamos de estar assim. Eu estou querendo chamar atenção e o meu tom de voz é exatamente para isso. Contrato, nós precisamos discutir: nos pagar; pagamento por serviço ambiental, um serviço terceirizado, a coleta seletiva, tem uma proposta terminando, que faz quase dez anos que está na Prefeitura, está lá, a nossa proposta. E encerro dizendo dos 110 contratos que o senhor colocou, que gasta R\$ 1 bilhão, meio bilhão, meio bilhão, é, bastante, R\$ 500 milhões, deve ter ali uns 15 contratos que são dos nossos galpões, 15, onde nós não recebemos o dinheiro. Então não está nesse meio bilhão, nós não recebemos dinheiro, nós não recebemos dinheiro, estou repetindo, nunca foi nos pago pelo trabalho que a gente faz na triagem, na separação. É isso, obrigado, companheirada. (Palmas.)

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Obrigado, Matos. Então, agora, passar para a Dra. Paula. Nós ainda vamos oportunizar a fala das vereadoras, que, eventualmente, queiram se manifestar. E a gente articulou, então, três inscrições, que vão ser de três minutinhos, para a gente fazer o esforço de ainda conseguir concluir, em torno do meio-dia, a nossa reunião. Não te importa, Dra. Paula? Rapidamente.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADORA MARIANA LESCANO (PP):** Vereador, presidente, vereadores que acompanham a comissão, base do governo, secretário, diretor do DMLU, as pessoas que estão aqui representando a categoria da reciclagem e todos que estão nos assistindo, quero dar um bom dia e agradecer pelo debate. Infelizmente, vou ter que me ausentar por um outro compromisso. Conversei com

o presidente Giovane Byl e também com quem está presidindo a sessão, o Giovani Culau, mas a minha assessoria ficará aqui para continuar vendo o andamento que terminará, e acredito que é muito oportuno nós fazermos essa discussão sobre o lixo de Porto Alegre, sobre a questão da reciclagem também, dos catadores. Todas as profissões são muito dignas, e nós temos a obrigação de levar esse debate adiante para poder achar uma melhor solução, tanto para os catadores quanto para Porto Alegre. Quero dizer que o nosso mandato também está à disposição. Concordo com o Ver. Giovani Culau, quando ele disse que todo o debate político é ideológico, mas a nossa ideologia não pode nos cegar a problemas que acometem a todos nós. Então, parabênzo mais uma vez a todos que trabalham na reciclagem, contem conosco, e sabemos que se fosse um problema fácil já teria sido resolvido, mas nós esperamos, Ver. Giovani Culau, que esse debate se postergue, se prolongue para que a gente possa achar uma solução mais efetiva. Muito obrigada a todos.

**SRA. PAULA GARCEZ CORRÊA DA SILVA:** Bom dia a todos. Primeiro, muito obrigada pela paciência. Eu queria dizer para todos vocês que eu me chamo Paula e eu trabalho na defesa dos interesses dos catadores organizados ou independentes individuais há 20 anos também. Então, a nossa equipe do lado dos catadores também tem bastante experiência, inclusive em negociações com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Considerando que a gente ajuizou uma ação civil pública, que nessa data teve contestação apresentada pelo Município sem que nenhuma das inquirições tenha sido respondida e apenas reiteradas as respostas que foram apresentadas pelo secretário de parceria público-privada no início dessa conversa, e considerando que as falas da Prefeitura todas foram no sentido de rememorar que a gente sofreu uma enchente, quando pelo menos seis unidades das nossas ficaram embaixo d'água, a gente sabe bem o que aconteceu na enchente.

Então, eu gostaria de aproveitar finalmente esse espaço para poder fazer perguntas que eventualmente possam ser respondidas, porque são perguntas sem resposta e que as respostas permitem que vocês próprios concluam o que

está acontecendo aqui. Eu gostaria de fazer perguntas para o responsável pelos custos do DMLU e também para o secretário de parcerias público-privadas. Então, começando pelo DMLU. Eu gostaria de saber quanto do orçamento do DMLU vai para as cooperativas de catadores de Porto Alegre. O senhor sabe me dizer quanto do orçamento do DMLU vai para as cooperativas, quantos por cento?

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** Doutora Paula, acho que é importante até fazer um gancho com o que o companheiro comentou. Nós temos, hoje, conveniadas, 15 cooperativas de unidades de reciclagem. Nós temos uma relação contratual, o DMLU, nós temos duas vertentes de apoio às unidades de triagem, uma do desenvolvimento social e uma é, de fato, com o DMLU. O fundo, por exemplo, de reciclagem está lá no desenvolvimento social, a senhora sabe disso. Dentro desses 15 contratos, nós temos diversos valores que são distintos, como o senhor comentou, de R\$ 5 mil, de R\$ 7 mil, de R\$ 7 mil até R\$ 35 mil por mês.

**SRA. PAULA GARCEZ CORRÊA DA SILVA:** Essa a gente não conhece, essa cooperativa que recebe R\$ 35 mil por mês em Porto Alegre, salvo melhor juízo, não é uma dessas quinze.

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** Um minuto, vou pedir uma ajuda para o meu engenheiro, o Arceu. Arceu, por favor, me ajude aqui. A Dra. Paula quer saber...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** A Lomba do Pinheiro.

**SRA. PAULA GARCEZ CORRÊA DA SILVA:** Mas aí não é uma cooperativa como as outras normais, aí é diferente.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. PAULA GARCEZ CORRÊA DA SILVA:** Enfim, o senhor pode me responder quanto do orçamento vai para as cooperativas, para essas quinze.

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** Depende dos meses, depende das medições.

**SRA. PAULA GARCEZ CORRÊA DA SILVA:** Um mês, eu só preciso ter uma média, eu preciso que as pessoas entendam.

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** Não; eu não tenho aqui tabulado isso...

**SRA. PAULA GARCEZ CORRÊA DA SILVA:** Então o senhor não sabe. Qual é o seu cargo?

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** O nosso assunto, por favor, é sobre a concessão dos resíduos. Nós não estamos falando aqui de um assunto específico sobre as unidades de triagem, por favor.

**SRA. PAULA GARCEZ CORRÊA DA SILVA:** Exatamente; não, nós estamos falando a concessão, porque, olha só...

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Diretor e doutora, eu só quero fazer uma proposta de metodologia, que a gente elenque todas as perguntas e, depois, a gente busca obter as respostas ao final.

**SRA. PAULA GARCEZ CORRÊA DA SILVA:** Certo, de qualquer maneira, só para todo mundo ficar entendendo, isso tem a ver com a concessão, porque, por

---

exemplo, nas perguntas e respostas, está falando, inclusive, que a opção dos catadores assegura a manutenção de condições justas para as cooperativas. Nós estamos falando aqui de condições justas. Então eu gostaria de fazer as seguintes perguntas para o senhor. Quanto do orçamento do DMLU vai para as 15 cooperativas que o senhor diz que são vinculadas, que têm contrato. A segunda pergunta: quantas cooperativas ficaram embaixo d'água na enchente de Porto Alegre? A terceira pergunta: quantas cooperativas que ficaram embaixo d'água foram limpas pelo DMLU? A PPP fala e prevê em todas as minutas, em todos os documentos, na construção e reparação de 22 unidades. Se nós estamos falando que Porto Alegre tem 15, o que vai acontecer com essas outras sete unidades? Para o DMLU ainda: por que seguir com contêineres se é uma tecnologia que não funciona e que não está vinculada a nenhuma previsão de educação ambiental? Depois: quais foram os critérios para que os serviços de limpeza urbana ficassem de fora da PPP? E a última pergunta vai ser comum, tanto para o DMLU quanto para a secretaria de parceria público-privada: está dito aqui nas respostas escritas pela Prefeitura e noticiadas. Os serviços de manejo de resíduo sólido já são prestados pelo Município, por empresas privadas, por meio de contratos administrativos. A grande diferença do novo projeto é a previsão de contratação de uma única empresa privada. Se esta é a única diferença para essa concessão, onde está a justificativa para isso? Depois, agora direto para o secretário de parcerias: qual é o cronograma da PPP? Porque, lá em 2023, tem uma ata que eu consegui descobrir porque na ação não veio nenhum documento, que fala assim: apoio técnico no plano de gerenciamento com *stakeholders*, que os catadores não são considerados *stakeholders*, não participaram de nenhuma conversa; *market sounding* que já aconteceu sem prévio aviso; consulta e audiência pública de *road show* no fornecimento de subsídios para resposta e pedidos de esclarecimentos. Então, qual é o cronograma da PPP? Isso não veio na contestação, na ação civil pública, e isso ninguém sabe. Qual é o cronograma? Depois: o que vai acontecer agora? Quais são as datas? Onde isso está previsto? Mais uma pergunta para a secretária de parceria público-privada: quais são as condições de devolutiva

das 800 contribuições que foram feitas? Ninguém sabe. Foram feitas perguntas através de um formulário, mas ninguém sabe como elas vão ser respondidas, como elas vão ser analisadas e o que vai acontecer com elas, qual é a serventia que elas vão ter dentro desse processo todo. E, por fim, o secretário falou no início da fala dele que faria uma audiência pública aqui na Câmara, como ele fez com as outras audiências públicas. Eu gostaria de saber quais são as outras audiências públicas às quais ele está se referindo. Então, eu gostaria que esse espaço fosse efetivamente para que essas respostas venham a partir da Prefeitura mesmo e dos responsáveis para que a gente possa conseguir trabalhar em cima do que a gente não consegue entender pelo que está disponível. Muito obrigada. (Palmas.)

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Doutora Paula, então nós vamos passar agora para a Ver.<sup>a</sup> Natasha, que, além de considerações, também tem interrogações para apresentar. As três inscrições dos presentes aqui na nossa audiência, então, passar para o governo poder trazer as respostas dos questionamentos colocados. Ver.<sup>a</sup> Natasha, a palavra está com a senhora.

**VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT):** Bom dia, Giovanni Culau, que está aqui tocando os trabalhos, também bom dia ao presidente da CEFOR, Ver. Giovanni Byl; bom dia também aos secretários aqui, aos representantes da gestão municipal, mas especialmente aqui à classe dos catadores e das catadoras, que têm sido duramente atacadas na nossa cidade. Eu tenho aqui algumas perguntas, na verdade, que são mais técnicas também, acho que vêm bem na linha do que a companheira aqui acabou de levantar. Antes, desculpa, eu não lembro dos nomes, porque vocês foram se apresentando e eu fui esquecendo ali. Tu falaste que a Prefeitura não tem investimento para seguir fazendo, a capacidade de investir. Mas aí há, pelo menos aqui, em alguns dados, essa incapacidade, pelo menos nos dados financeiros, ela não bate, porque, hoje, por exemplo, pela Lei de Acesso à Informação, a Prefeitura arrecada cerca de R\$ R\$ 277 milhões/ano. Com a parcerização, que, na verdade, é uma privatização

de um serviço que deve, de fato, ser público, como diz aqui o Giovani, nós temos visões de mundo diferentes, então nós, do PT, acreditamos que isso aqui deveria ser totalmente público, na verdade. Com a parte da remuneração da concessionária, será pago ao Município um valor médio de R\$ 267 milhões por ano. Em 2022, os custos com serviços contratados pelo DMLU foi de 266, ou seja, se nós temos hoje 277 e gastaram em 2022, 266, não faz sentido fazer esse tipo de concessão. Porque hoje o Município, na verdade, não tem um gasto, porque os serviços que os catadores e catadoras fazem, a maior parte das cooperativas cumprem um papel fundamental que a cidade de Porto Alegre não tem feito. A bem da verdade é que não existe cidade se não houver catadores e catadoras, e principalmente se não houver investimento nesse setor. Então, quando a gente pega uma empresa, de fato, privada e entrega esse contrato de 35 anos... E vejam bem, porque o custo da concessão final de 35 anos passa de nove bilhões, certo? Porém, o custo da concessão dos 35 anos, se for considerar reajuste, taxa de juros, alteração de contrato, e nós sabemos que as privatizações têm alterações de contratos bizarras do ponto de vista, porque elas são financiadas de um jeito, passa dois, três anos, as empresas dizem que já não têm mais como manter aquele serviço, o que faz a gestão pública? Busca dinheiro aonde? BNDES, Caixa Econômica Federal, ou seja, é o Estado que aporta às empresas privadas. Eu vou dar um exemplo da empresa que faz a concessão do aeroporto Salgado Filho, que é uma empresa privada, muita gente defende a privatização, mas quem teve que abrir foi o dinheiro do governo federal, porque, se ele não aporta dinheiro público ali, o aeroporto não tinha sido aberto. Então a gente tem esse valor que passa de nove bilhões e, contando com essas mudanças todas, pode ter um custo final de mais de dezenove bilhões em 35 anos, mas não tem um planejamento desses 35 anos aqui. Não há, de fato, um cronograma. E aí tem uma questão de receitas adicionais, que a empresa pode lucrar com a comercialização de materiais recicláveis, o que corresponde à receita de catadoras e catadores, créditos de reciclagem de carbono, além de outras atividades alternativas. Companheiros e companheiras, não faz o menor sentido entregar esse serviço ao setor privado. Eu queria saber

qual é a taxa do lixo anual em Porto Alegre? Para aonde vai essa taxa? No que está sendo investido, de fato, essa taxa? São perguntas que não estão sendo respondidas. Há aqui uma incongruência de valores, porque, se nós temos 266 de gasto e uma arrecadação de 277, há uma sobra de caixa. Então, não faz sentido a privatização. Assim como nós estamos falando que não faz sentido a privação do DMAE, porque, se há dinheiro em caixa, há uma incapacidade da gestão pública em entender o bem público.

Então, esse espaço aqui é um espaço de uma divergência, mas ele é um espaço também de trazeremos esses dados técnicos, porque eu acho que vocês precisam convencer esse movimento social, mas a cidade de Porto Alegre, porque as lixeiras novas aqui, quero fazer apenas um registro, são criminosas. Essas lixeiras novas, nós precisamos ter uma campanha de conscientização para que as pessoas separem o lixo. Nós não podemos pegar pessoas que separam o lixo hoje, que tem isso como um ganho de vida, e tratar essas pessoas como marginais, que é o que a gestão tem feito. Eu acho que essa gestão quer ficar marcada como a gestão que pegou pessoas dignas e tratou como marginais e colocou um tipo de lixeira como se essa fosse uma solução. A solução é que o povo da cidade de Porto Alegre tenha consciência ambiental. Inclusive, quando eu apresentei aqui na Câmara um projeto de lei dos bueiros inteligentes, espero que a Câmara aprove, exatamente, para que esse seja um programa para que as pessoas tenham consciência ambiental. Então, jogar a culpa no povo não faz sentido, mas hoje o povo está desassistido pela gestão pública, porque os contêineres não deram, de fato, resultado, os catadores e catadores têm sido perseguidos. Então, a saída é o quê? Entrega para o setor privado, que não tem uma responsabilidade social com a cidade de Porto Alegre. A empresa privada, a partir do momento em que isso não der lucro, ela vai largar essa parceria ou vai forçar a gestão a fazer um empréstimo, um pedido adicional de crédito de banco público. E isso nós somos contra, porque daí – só para encerrar, Ver. Giovani – vai contra o discurso do prefeito Sebastião Melo, que ele diz que ele quer, de fato, equilibrar as contas públicas, ele quer fazer um estado mínimo, mas ele entrega para a iniciativa privada um contrato que deveria ser público e

depois ele pega dinheiro da iniciativa pública para sustentar a iniciativa privada. Isso não faz sentido, isso vai gerar mais gasto. Esses valores aqui que falamos sobre receitas adicionais é algo que eu gostaria que vocês explicassem, porque essas receitas adicionais existem, em contratos inclusive da própria Corsan no Estado, que a Corsan foi entregue, e hoje ela está custando mais caro para todo mundo que está pagando a água da Corsan. E o governador Eduardo Leite dizia que não. Então, essas concessões do Município precisam ser, de fato, à luz do dia, tratadas de uma forma... E também o edital. O edital teve uma série de questões complexas. Eu acho que, se nós não temos resposta das mais de 800 participações ali, já mostra que a gestão não tem uma boa vontade para conversar com esse setor. Eu acho que esse pode ser um pontapé, o início, e quero te saudar, Giovani Culau, por ter chamado aqui para que nós façamos essa mesa de negociação entre a gestão pública de Porto Alegre e também o movimento social organizado para que nós possamos, financeiramente, ver o que é melhor para a cidade. Porque uma nova enchente pode acontecer na cidade. Nós só não podemos mais jogar isso como se fosse algo divino. Nós precisamos tratar isso de uma forma mais séria. Eu acho que esse é o espaço para nós conseguirmos, de uma forma democrática, consolidar um projeto para que a nossa cidade saia da crise. (Palmas.)

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Muito obrigado, Ver.<sup>a</sup> Natasha. Vou passar, então, para o vereador-presidente, Ver. Giovane Byl.

**PRESIDENTE GIOVANE BYL (PODE):** Obrigado, Ver. Giovani Culau. Eu acho que estamos participando aqui de um bom debate. Esse assunto, eu tenho certeza de que ele não iniciou hoje, mas, na nossa comissão, no nosso primeiro grande debate público, está sendo tratado dessa pauta, desse tema. Mas sabemos que é um assunto que não se esgota hoje, devido à complexidade, devido ao futuro da cidade. Então, eu acredito e somo força que, no que se diz, diretor Carlos, esse debate tem que ser descentralizado, tem que entrar nas regiões do Orçamento Participativo. Esse debate tem de ser feito lá na ponta, lá

na base, onde tem a questão dos catadores, que é muito importante. Mas a gente também tem outras questões. Hoje, na periferia, a gente enfrenta um grande problema dos focos de lixo. Como é que vai ser tratado? Como é que está sendo tratado? Isso, para mim, é muito importante, um assunto que é muito caro. Como é que fica a questão dos destinos certos, que hoje são insuficientes na capital? Como é que fica a questão do botar fora? Como é que fica a questão da educação ambiental? A gente vive um problema dentro da periferia hoje que são os focos de lixo. E, infelizmente, a gente não tem uma educação ambiental e a gente não tem a conscientização das pessoas. Atuamos bastante, Giovani, nessa questão do foco de lixo, e uma parte da sociedade não entende. Mas a gente vê ali, Gelson, tu que és um cara bem presente, todas as vezes que solicitamos a Guarda Municipal, em caso de incêndio, em caso da Defesa Civil, mas a gente sabe que tem realidades da pessoa morar numa casa humilde que, toda vez que chove, ela perde um móvel, e ela não tem condições financeiras de pagar um container. Como é que fica essa questão do destino certo? Do botar fora? A população mais pobre vai ter que pagar para esse lixo sair de dentro da periferia, de dentro da comunidade? Então, isso tem que ser levado para dentro do Orçamento Participativo. Essa discussão tem que ser descentralizada na cidade. E a gente acredita que, somente tendo um bom debate, ouvindo a população, e aqui o nosso engenheiro... Engenheiro, não é? Luís? Luís Lemes? Então, acredito que todos esses fatores têm que ser levados em conta. Nós temos que nos aprofundar, ao longo do ano, aqui no Legislativo, mas eu faço esse encaminhamento, Ver. Giovani Culau, que, quando nos trouxe aqui essa iniciativa, a gente aceitou pela importância do debate, mas que se pense nisso de alguma forma. Eu sei que tem encaminhamentos para fazer muito oportunos, mas nós temos que aprofundar esse debate não somente aqui, mas lá na ponta, lá no Orçamento Participativo, lá onde a comunidade se faz presente. Então, agradeço a todos pela presença. Sei que está um pouco frio aqui dentro. Está frio aqui, não é? Mas já estamos se encaminhando para o final da reunião. Teremos outras, se assim for necessário, aviso de antemão. Se for necessário, a gente abre a pauta aqui para as entidades.

Quero fazer uma ressalva à fala do Fagner, à fala da Paula também. Acredito que, do lado da sociedade civil, do representante dos catadores, vocês estão muito bem representados, mas a gente tem que trazer outros pontos também que são, ao menos no meu ver, a educação ambiental e os focos de lixo na periferia da cidade.

Então, obrigado, presidente Culau.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Muito obrigado, presidente. É muito presidente hoje. Gente, chegamos aqui ao meio-dia, mas quero pedir para que a gente aproveite ao máximo esse espaço, que a gente oportunize as três manifestações dos inscritos e inscritas, que a nossa combinação aqui é que sejam três minutinhos, para depois termos tanto os retornos e respostas por parte do governo, quanto organizar os encaminhamentos finais da reunião.

Então, passar para o Paulo Guarnieri, da Associação Voluntários da Ecologia. E já se prepara a Joice Pinho, que é da Apoena Socioambiental.

**SR. PAULO GILBERTO DE MORAES GUARNIERI:** Bom, primeiro, a minha saudação à Mesa, aos parlamentares, ao governo, ao movimento. Agradecer a oportunidade.

Meu nome é Paulo Guarnieri, pertenço à Associação Voluntários da Ecologia, que tem o seu núcleo principal na Vila dos Papeleiros e aquele entorno todo. E, nessa condição de associado, é o meu lugar de fala.

Estamos aqui na Câmara Municipal, então, o lugar mais apropriado para tratar das nossas dúvidas em relação às leis da cidade, o cumprimento das leis da cidade, porque esse é o papel fundamental do vereador, fiscalizar o Executivo para ver se ele cumpre as leis da cidade. Mas antes de chegar a essa questão das leis, eu me sinto na obrigação de colocar uma questão muito importante. Quando nós falamos do povo da reciclagem, nós estamos considerando dois mundos completamente diferentes. Nós temos nas unidades de triagem menos de 500 pessoas que não coletam, recebem o material da coleta seletiva, fazem

apenas a triagem e são conveniadas com a Prefeitura. Essa é a parcela do povo da reciclagem que é tida como o legal, aquele que está conveniado com o poder público. Mas nós temos também os autônomos, que são considerados ilegais, são criminalizados, são mais de 7 mil em Porto Alegre. Esses estão totalmente fora dos planos. Note que são iniciativas privadas de pessoas que têm dificuldade de se organizar, mas existem muitas associações, e eu colaboro com cinco delas no 4º Distrito, então a forma associativa está presente. Inúmeros MEIs, pessoas que coletam, separam e comercializam, dão o destino certo. E esse povo, gente, a Prefeitura nem sabe quantos são e nem quanto produzem. Na região que eu atuo, do 4º Distrito, repito, em cinco associações que eu contribuo, são mais de 2 mil catadores. Isso é estimado pela população de catadores, pelas lideranças, e produzem mais de 500 toneladas ao mês de resíduo triado e comercializado. Quais são as características dessas pessoas? São pessoas excluídas do mercado de trabalho, analfabetas funcionais na sua maioria, ex-apanados que encontram nos resíduos uma forma de reciclar a própria vida, e pessoas que têm características que configuram, na sociedade, má aparência. Então, são pessoas totalmente excluídas do mercado de trabalho e que encontram no resíduo a única forma de renda. Há décadas, por gerações, promovendo educação ambiental para a separação, porque o catador é o único educador para a separação do resíduo, isso eu quero deixar bem claro aqui, o catador é que promove essa educação, porque ele ensina o condomínio, ele ensina o pequeno empreendedor a separar, por isso o catador tem um resíduo de menor qualidade, estabelece redes de coleta, há gerações estabelecendo redes de coleta. Na Arevipa, temos um cidadão que coleta em 102 condomínios na cidade, 102 condomínios na cidade. Então, é um acúmulo de trabalho e organizam grupos de manejo. Esse é o povo a que eu quero me referir. E nós temos aqui, em Porto Alegre, a Lei nº 12.921, que institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos, iniciativa do Ver. Moisés Barbosa, que traz 13 dispositivos, ao longo da lei, que preconizam a inclusão e/ou a priorização na contratação de associações e cooperativas de catadores, constituídas por população de baixa renda. Isso está na lei, na lei municipal. No artigo 4º, eu quero ler aqui para não

exagerar, pede a inclusão de todas as pessoas jurídicas envolvidas na gestão de resíduos sólidos e do setor de reciclagem, localizado no município de Porto Alegre, como integrante da execução desta política. Essa é a lei da cidade. E como essas pessoas jurídicas vão ser integradas através dessa PPP? Para finalizar a Lei nº 10.531, que ainda permite a circulação dos carrinhos, os veículos de tração humana. Até junho de 2026, nós vamos ter essa possibilidade de circulação dos carrinhos, e, conseqüentemente, vai ser necessária toda a estrutura informal que existe nas comunidades para recepcionar esses carrinheiros. Então, como convive a PPP com o direito legal dos catadores da lei municipal? É isso, obrigado.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Muito bem, muito obrigado, Paulo. A Joice está com a palavra.

**SRA. JOICE PINHO MACIEL:** Bom dia a todos e todas, quero saudar a Mesa. Eu sou a Joice Maciel, sou sócia fundadora da Apoena Socioambiental. Sou responsável pelas quatro UTs licenciadas ambientalmente aqui em Porto Alegre, e uma em andamento, porque isso é um tema histórico. Porto Alegre há 20 anos com as unidades implementadas, e, somente agora, depois de três anos que se passaram, nós temos as primeiras unidades licenciadas. Sabemos que por muito esforço das unidades de triagem, porque esses processos exigiram investimentos, melhorias nas unidades e que foram feitas pelo esforço das cooperativas, buscando recursos, parceiros. E sabemos que isso é uma manutenção importantíssima, porque a operação das unidades gera impacto ambiental; sabemos também, mesmo que seja resíduo reciclável, tem toda uma operação que precisa ser realizada. Eu também sou pesquisadora colaboradora do Núcleo de Caracterização de Materiais da Unisinos. Durante o meu doutorado, pesquisei sobre os rejeitos das unidades de triagem de resíduos, e aí nos deparamos com uma outra questão importante, que também foi citada pela professora Mercedes, que é exatamente a questão dos rejeitos que chegam nas unidades de triagem. Nos meus estudos, a gente apontou nas gravimetrias

realizadas, que foram muitas, durante quatro anos, mais de 54% dos resíduos analisados dos rejeitos nas unidades são resíduos plásticos. Não é uma novidade. Nós vemos esses resíduos o tempo todo no ambiente, poluindo os nossos rios, os nossos oceanos, e que também não são uma responsabilidade das unidades. Quero corroborar o comentário com a professora Mercedes, em que nós temos aí grandes indústrias produzindo todos os dias, gerando uma quantidade enorme que sequer nós conseguimos absorver e também destinar de maneira adequada, porque esses resíduos estão resultando em rejeitos nas unidades e que estão sendo penalizadas, porque não conseguem triar e comercializar. Não porque elas não querem, mas porque o mercado não compra, simplesmente não compra ou não tem uma tecnologia viável localmente para fazer essa viabilidade, o beneficiamento desses resíduos. Então, a minha fala é de colaborar. Tecnicamente, foram feitos vários estudos, artigos que foram elaborados com a colaboração das cooperativas, estão disponíveis no Livro Nacional de Política de Resíduos Sólidos, que foi publicado pela USP e que vai sair a próxima publicação agora, até junho, que também contribui com outros temas que são importantes, como a importação de resíduos plásticos. Quero saudar o professor Carlos Moraes, que é coordenador do Núcleo de Caracterização de Materiais, que não pôde vir, mas que contribui, inclusive, com o grupo, com esses estudos, apontando questões que são temas importantes e que necessitam ser incluídos nessa pauta. Então, quero agradecer o espaço e deixar aqui o meu contato para colaborar com esse processo de assuntos que envolvem o gerenciamento de resíduos da cidade.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Muito obrigado, Joice. E, de imediato, vou passar para a nossa última manifestação, antes das conclusões, que é o Alnilan, do Coletivo Pró-Catador.

**SR. ALNILAM ORGA MARROQUIN:** Bom, então, muito prazer em estar aqui, participando dessa Mesa, de poder fazer essa contribuição. Eu me chamo Alnilam, sou comunicador e trabalho com educação ambiental nas redes sociais

já há bastante tempo. Conheci justamente os catadores de materiais recicláveis, o seu trabalho, a importância, a partir da Vila dos Papeleiros, conhecendo justamente em 2017 o primeiro momento em que os catadores estavam sendo banidos de fazer o seu trabalho. E, desde então, deu para estudar bastante o programa Todos Somos Porto Alegre, por exemplo, e como ele acabou não conseguindo identificar a quantidade de catadores que a gente tem em Porto Alegre. Então, foi um programa que aconteceu entre 2010 e 2016 e que, em todos esses seis anos, não conseguiu chegar a uma conclusão de quantos catadores informais existem em Porto Alegre, como essa rede se constrói. E, agora, chega o momento de parceria público-privada e, justamente, a Prefeitura de Porto Alegre, mais uma vez, contrata uma outra empresa para delegar essa responsabilidade, que seria da própria Prefeitura. Então, a Prefeitura, mais uma vez, se coloca como uma prefeitura que se mostra ignorante sobre como funciona a gestão de resíduos recicláveis na cidade, enquanto o DMLU comprova, pelo PMGIRS – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos, de 2023, que os catadores informais coletam quatro vezes mais do que o próprio DMLU. Então, como que está sendo mantido tudo isso de fora da parceria público-privada? Como que isso fica colocado de fora, e vocês simplesmente acabam delegando essa função para que a concessionária faça esse trabalho? Vai ficar muita coisa de fora. E o que a gente tem justamente nesse ponto todo? A gente tem milhares de pessoas trabalhando de uma maneira informal e sustentando suas famílias através da reciclagem. Enquanto a gente vê, concordando com a fala do Paulo Guarnieri, os catadores informais fazendo essa educação ambiental em diversos condomínios há muito tempo, a gente vê a Prefeitura, o único ponto de contato da Prefeitura com os catadores informais é quando tu crias um contêiner de lixo contra catador, que trata os catadores como se fossem animais, de pegar, colocar a mão ali e não conseguir tirar. Esse é o momento que a Prefeitura vê que os catadores informais existem. Ou então, quando a Prefeitura vai numa batida policial e chega lá para fiscalizar nos galpões, justamente para... claro, tem furto de fio, tem tudo isso e tem que ser fiscalizado. Mas quais são os outros momentos em que a Prefeitura está se

envolvendo com os catadores informais? Como que a Prefeitura tem essa rede de ferros-velhos mapeada? Como que a Prefeitura consegue bonificar, inclusive, bons exemplos de recicladores, de comércio de resíduos, das próprias unidades de triagem que compram de catadores informais? Porque essa é uma política exercida em muitos lugares do País. E daí a gente vê, agora no carnaval, por exemplo, muitas cidades fazendo parcerias com catadores, para que a gestão de resíduos fosse feita em parceria com os catadores. Aqui a gente nem sequer teve carnaval, mas, se tivesse, poderia ser feito. Então, como que a gente pode melhorar, ir além e trabalhar com a educação ambiental, para ir além dessa visão, que é simplista? É isso.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Obrigado, Alnilam. Nós concluimos aqui a nossa série de manifestações. Combinei com o Gelson Guarda, quem vai fazer as considerações por parte do governo é a Secretaria Municipal de Parcerias e o DMLU, a partir do seu diretor-geral. Eu queria combinar contigo, Dra. Paula, e com todo mundo que trouxe questões aqui, que nós peguemos as notas taquigráficas – e a gente tem a resposta aqui, presencialmente –, mas que a gente também formalize todas as perguntas que foram feitas a partir de pedido de informações, para que, além da resposta aqui, nós tenhamos elas e as que eventualmente não venham à tona aqui respondidas regimentalmente à Câmara de Vereadores. Essa é a combinação primeira que eu queria fazer.

De imediato, passo a palavra ao Sr. Luís Eduardo Lemes.

**SR. LUÍS EDUARDO LEMES:** São várias questões, mas vamos tentar pegar as principais, do Fagner. Por que a PPP? A PPP já vai ao encontro da pergunta também, 260, aproximadamente, e também 260, aproximadamente, por que tem dois valores parecidos? E o porquê da PPP. A PPP, como eu falei antes, ela coloca o dinheiro do privado em risco. Nessa PPP dos resíduos, a gente tem os custos operacionais e os custos de investimento. Ali no início, vão ser feitos investimentos, grandes investimentos. O parceiro privado vai buscar

---

financiamento, ou ele vai ter, enfim, é a cargo dele de onde ele vai tirar o dinheiro, provavelmente, financiamento de banco público, é a cargo dele. Esse dinheiro, ele que vai ter que cumprir com as obrigações desse financiamento. Então, o dinheiro do privado vai estar em risco. Esse é o grande mote da PPP, como eu falei. Então, por isso é a PPP. Aí o outro lado da PPP são as metas. Ele tem esse dinheiro dele em risco. Para ele ter uma atratividade nesse projeto foi calculado esse tempo de 35 anos, que é o tempo que está de acordo com a lei das PPPs, é uma lei de 2004, a Lei das PPPs, uma lei federal. E as metas da PPP, por exemplo, aqui, também já respondendo a uma da professora da UFRGS, que a meta seria de desvio de aterro de 55%. Essa é a meta... eu estou misturando um pouco, mas eu vou chegar numa... A meta de 55% de desvio de aterro é a meta da concessionária. Lá no final, lá para o final da concessão, além desses 55% de desvio de aterro, que é a meta da concessionária, também vai se aumentar o percentual que vai ser coletado através da coleta seletiva, vai para 18%. Esses 18% vão para as UTs, e as UTs também vão colaborar com esses 55%. Inclusive, está no “perguntas e respostas”, por isso que eu mostrei o “perguntas e respostas” ali, porque são várias coisas, então ali ajuda também, depois o pessoal dá uma lida. No melhor dos casos, o desvio de aterro, num cenário assim previsto, vai ser de 65%, 55% da concessionária mais a colaboração das UTs. Só que, como o mote da PPP é o dinheiro privado em risco e mais as metas, o parceiro privado é incentivado a ter um maior desvio de aterro ainda do que os 65%, que é a meta. Por quê? Porque ele vai receber uma contraprestação um pouquinho maior, se ele desviar mais de aterro. Então, esses 65% tendem a ser mais ainda pela filosofia da PPP. Esse é o motivo da PPP. E também, para colaborar aqui com o porquê da PPP, eu fui num evento, no ano passado, comemorando 20 anos da Lei das PPPs. Nesse evento, o pessoal de vários órgãos, inclusive, governo federal, falou que eles estão incentivando a implantação de PPPs, o governo federal, através de um órgão chamado PPI, se vocês forem pesquisar aí, enfim, o governo federal, além de concessões, também está incentivando as PPPs. Então, a Prefeitura também

está entendendo que é uma modalidade que acaba agradando a todos os lados, vamos dizer assim.

Outra questão que foi levantada aqui dessas várias que eu anotei é a serventia das perguntas lá da consulta. Agora as perguntas vão ser todas respondidas, a gente vai divulgar todas as respostas, aí o procedimento da PPP com essas perguntas, o Tribunal de Contas aqui do Estado vai analisar toda a PPP, documentos, editais, contribuições, inclusive as respostas da consulta pública vão para eles também. Ou seja, o Tribunal de Contas aqui do Estado, nesse quesito PPP, ele não faz a fiscalização só após lá, quando já está acontecendo, ele faz a fiscalização prévia, vamos dizer assim. Tudo é enviado para eles, e eles têm 90 dias para, ou mais, dependendo do tempo que a gente demorar para responder alguma dúvida deles, então as perguntas vão ser respondidas por nós, vão ser divulgadas e depois vão ser enviadas para o Tribunal de Contas.

**SRA. PAULA GARCEZ CORRÊA DA SILVA:** Eu posso perguntar quando elas vão ser respondidas, onde elas vão ser divulgadas? Eu queria um cronograma, isso é possível?

**SR. LUÍS EDUARDO LEMES:** É sempre naquele *site* ali.

**SRA. PAULA GARCEZ CORRÊA DA SILVA:** Mas é naquele *site* quando a gente fica acompanhando, eu queria saber se tem um cronograma.

**SR. LUÍS EDUARDO LEMES:** Sim, a gente prevê, em função do grande número de contribuições, como eu comentei, são quase 900 ali, então a gente prevê que seja agora, antes da audiência pública que a gente está pretendendo fazer.

**SRA. PAULA GARCEZ CORRÊA DA SILVA:** Exatamente o que eu ia perguntar.

**SR. LUÍS EDUARDO LEMES:** Como o diretor do DMLU falou, a gente prevê que seja no meio de abril, mas em função do grande número de perguntas da consulta pública, a gente vai ter um trabalho grande para responder todas, então acaba sendo uma...

**SRA. PAULA GARCEZ CORRÊA DA SILVA:** Então não existe um cronograma, a gente tem que esperar quando a Prefeitura decide.

**SR. LUÍS EDUARDO LEMES:** Não, existe uma previsão.

**SRA. PAULA GARCEZ CORRÊA DA SILVA:** Mas então não tem um cronograma, tem só previsão.

**SR. LUÍS EDUARDO LEMES:** Que é da consulta pública, que é no meio de abril, conforme o diretor do DMLU aqui falou, e a previsão da nossa resposta é final de março. Mas, como eu comentei, é uma previsão que tem um grande número de perguntas, que pode variar um pouco. E ainda... É, acho que dos meus apanhados todos seria isso.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Vamos passar para o diretor-geral Carlos, do DMLU.

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** Só voltando à questão que a Dra. Paula me questionou sobre os contratos com as unidades de triagem. Nós temos 15 contratos com as unidades de triagem, essa é a relação que nós temos contratual com as unidades de triagem. Quando eu falo isso, é DMLU, certo? Dentro dessas 15, ao contrário do que o presidente do Fórum de Catadores comentou, que foram 6 alagadas, foram 7 completamente alagadas. O DMLU esteve prestando toda a assessoria de limpeza dessas unidades de triagem, até mesmo pelo histórico que nós temos, com retroescavadeiras, com maquinário e também com garis dos nossos contratos habituais. Prestamos essa...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** Eu posso te passar depois, todas as que nos pediram nós ajudamos.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** Certo. Complementando a questão do orçamento que a Dra. Paula comentou. Hoje a taxa do lixo, que está dentro do IPTU, e que, eu volto a falar, foi completamente agora, neste ano de 2025, bem como em 2024, foi completamente impactado por causa dessa isenção dos 30% da área que foi atingida, que foi disponibilizada a isenção, isso trouxe um déficit bastante significativo para os cofres do DMLU; R\$ 300 milhões é o recurso, é o orçamento que vem da taxa do lixo para os cofres do DMLU, e existe uma complementação do Tesouro Municipal de aproximadamente R\$ 200 milhões anuais – R\$ 200 milhões vem do Tesouro do Município e R\$ 300 milhões vem da taxa do lixo. Resumindo, são aproximadamente R\$ 500 milhões. Obviamente que no ano passado nós tivemos as enchentes, como eu falei, em Porto Alegre e em todo o Estado do Rio Grande do Sul, e nós gastamos aproximadamente R\$ 100 milhões em limpeza das enchentes – R\$ 100 milhões. Recebemos um aporte, desses R\$ 100 milhões, bastante significativo do governo federal, R\$ 25 milhões vieram do governo federal, então nós tivemos R\$ 25 milhões do governo federal, e o restante desses R\$ 100 milhões, do Tesouro do Município. Foi uma operação bastante robusta, acho que vale a pena, só para exemplificar a grandiosidade da operação.

Dentro dessas unidades de triagem, volto a repetir, temos unidades que recebem de R\$ 5, R\$ 7, R\$ 8, até R\$ 35 mil, porque varia muito do valor de manutenção da área, do prédio, custo de operação, que leva em conta também os gastos que variam todos os meses, e o orçamento destinado para essas unidades de

triagem é de aproximadamente, como varia também, R\$ 2 milhões de reais ao ano.

**SRA. PAULA GARCEZ CORRÊA DA SILVA:** Quanto desse orçamento de R\$ 500 milhões/ anos toca às 15 cooperativas? Foi a minha pergunta original.

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** Sim, R\$ 2 milhões é o orçamento para as unidades de triagem.

**SRA. PAULA GARCEZ CORRÊA DA SILVA:** São R\$ 2 milhões para 15 unidades, durante um ano, quando o orçamento é R\$ 500 milhões?

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** Exato.

**SRA. PAULA GARCEZ CORRÊA DA SILVA:** Muito obrigada.

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** Faço só uma complementação à Ver.<sup>a</sup> Natasha, que falou também dos nossos contêineres. Esses contêineres são para resíduos orgânicos e rejeito.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** Hoje, os contêineres que estão nas ruas... Nós temos 2.950 contêineres para resíduos orgânicos e rejeito – resíduos orgânicos e rejeito nestes 2.950 contêineres. No ano passado, em julho, fizemos um contrato novo; nós vamos investir aproximadamente R\$ 30 milhões por ano, que é objeto de um estudo de três anos da nossa equipe de engenharia do DMLU, Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Parcerias e Gabinete do Prefeito. Fizemos um contrato, e eu assinei esse contrato ano passado, que é um contrato inovador: nós vamos trocar em absoluto todos esses contêineres, são 2.950 contêineres. Muitos desses contêineres já estão com uma dificuldade

operacional ou a tampa foi roubada – acho que é importante destacar isso, também alguém mencionou aqui, que nós temos alguns furtos. Só no mês de janeiro foram roubadas 40 tampas destes contêineres na cidade de Porto Alegre, com boletim de ocorrência formalizado, até porque é uma empresa que presta serviços ao Município. Então, 40 tampas agora no mês de janeiro, mas também temos alguns problemas com pedais, e, nessa área alagada, nós tivemos alguns problemas, muitos tombaram, muitos amassaram. Então nós vamos, a partir de agora, fazer a troca de todos esses contêineres. É um contrato novo, e um dos grandes ganhos deste contrato, que eu gostaria de salientar, é a previsão de uma equipe de educação ambiental que irá sensibilizar os moradores, os contribuintes da cidade que são atingidos por esse contrato, que são o Centro Histórico e mais de 18 bairros da região central, são 19 bairros. Nós vamos manter esses 19 bairros, até por falta de orçamento, nós não temos como ampliar para outras áreas da cidade, mas temos a previsão de contratação de agentes de educação ambiental que vão prospectar, vão distribuir material e vão sensibilizar a população que é atingida neste contrato, sobre qual é a forma de fazer a destinação correta para esses resíduos orgânicos que já estão hoje na rua. E, numa área teste – nós teremos Centro Histórico, não são completamente os quatro bairros, mas é Centro Histórico, Cidade Baixa, Praia de Belas e Menino Deus –, numa área teste que a nossa equipe também irá monitorar, nós vamos agregar um contêiner seletivo, é um parecido com o que já está na rua para os vidros, ele é muito parecido, só que muito mais explicativo do que pode e não pode nos dois. Então faremos esse teste ao longo do ano, a nossa expectativa é que aumente a qualidade dos resíduos recicláveis neste contêiner. E, se isso der certo com essa conjugação de esforços de educação ambiental, mais a fiscalização, nós queremos melhorar a coleta da cidade. Quando eu falo na fiscalização, acho que é importante destacar também que, além dos serviços de fiscalização do DMLU, e hoje com uma fiscalização integrada da Prefeitura, nós temos, dentro do Ceic, um dispositivo que nós conseguimos identificar as pessoas por identificação facial. Então, do final do mês de outubro, início de novembro até agora, já estão sendo processadas aproximadamente 1.500

multas de pessoas que fizeram o descarte irregular destes resíduos. E eu pego o gancho aqui do vereador Byl. O Ver. Giovane Byl nos falou, e falou com muita propriedade, sobre esses pontos de descarte irregular, esses focos de resíduos. Nós limpamos hoje, o DMLU limpa aproximadamente 180 focos de resíduos. Iniciamos a gestão há quatro anos, essa última gestão que passou, com mais de 390 focos na cidade. Com muita educação ambiental, com plantios, com limpeza, com sensibilização, nós reduzimos drasticamente esses focos. Mas, mesmo assim, há esses focos, e acho importante destacar que são R\$ 300 mil por mês em limpeza destes focos irregulares. Isso é muito importante destacar, porque são recursos que poderiam ir para outras áreas, para a educação, para a saúde, enfim.

Muito obrigado a todos, e foi um grande prazer participar junto com vocês deste debate que foi extremamente produtivo, construtivo, presidente. Muito obrigado.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Obrigado, diretor. Eu quero fazer um apelo da atenção de todos e todas para a gente conseguir encaminhar a reunião. Eu sei que o vereador-presidente Giovane Byl precisa sair, então eu queria que a gente pudesse organizar os encaminhamentos da nossa reunião ainda na presença do Ver. Giovane Byl. Caso ainda haja, posteriormente a isso, alguém que queira se manifestar, eu vou permanecer aqui para a gente seguir dialogando com o limite do tempo também das servidoras aqui da comissão. Mas o que eu considero importante, e depois dos encaminhamentos posso passar ao senhor também: dialoguei com o presidente, Natasha, e aqui nós estamos em maioria da comissão, e eu gostaria que nós pudéssemos ter pelo menos três encaminhamentos de comissão, para além do pedido de informação reiterando as perguntas, Dra. Paula, para que a gente tenha formalizadas todas as questões, mas que a gente tenha um requerimento da comissão que solicite que as audiências públicas... Aqui, para mim, é uma novidade ter sido apresentada essa intenção de meio de abril. Então é um tema novo, que eu fico feliz que tenha vindo à tona, mas que a gente faça um requerimento para que ocorram audiências descentralizadas garantindo a

participação da sociedade civil e, fundamentalmente, dos catadores e catadoras. Então, esse é um primeiro encaminhamento de requerimento que eu quero saber se temos a aprovação geral aqui de todos e todas.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Então, o primeiro requerimento é das audiências descentralizadas, que vão ser encaminhadas pela comissão para a Prefeitura. O segundo é um requerimento de incorporação, e esse debate vai se estender, mas daquilo que tem sido o centro do nosso debate, da incorporação dos catadores e catadoras ao longo de todo o processo da gestão de resíduos. Hoje, na proposta inicial da PPP, são escanteados, eu vou utilizar essa expressão, somente na triagem. E o que significa, no nosso entendimento, uma exclusão dos catadores e catadoras? O nosso outro encaminhamento da comissão é um requerimento à Prefeitura para que haja a incorporação dos catadores e catadoras, respeitando a política nacional e municipal ao longo de todo o processo. E o nosso terceiro encaminhamento proposto aqui é também um requerimento da comissão, para que a Câmara instale uma comissão especial para tratar do tema da gestão de resíduos da cidade. Nós temos as comissões permanentes, aqui nós estamos em uma delas, mas não temos nenhuma específica sobre o tema que nós estamos discutindo aqui. Então, que a gente instale uma comissão especial sobre a gestão de resíduos para que essa comissão, que vai ter vereadores e vereadoras eleitos e eleitas para ela, possa ser a responsável por fazer o acompanhamento por parte da Câmara, e, inclusive, reivindicar a participação da Câmara em todas as discussões, inclusive articulando os diálogos com a sociedade civil, com o movimento social, com os catadores e catadoras, com o poder público. Então, esse é um outro requerimento da comissão que nós queríamos aprovar aqui. Podemos aprovar dessa forma? Então, esses são os nossos três encaminhamentos, objetivos da comissão, que se somam ao pedido de informação. Talvez o vereador-presidente tenha que sair. Eu vou permitir ainda

a fala da Secretaria de Parcerias. Se mais alguém ainda quer fazer alguma consideração, eu vou permitir.

Eu quero só deixar uma última avaliação minha, Byl, sobre o processo que nós tivemos de debate aqui, Natasha. A professora Ana Mercedes fez toda uma explanação, com qualidade técnica, que eu não vou ser capaz de reproduzir. Mas, para mim, tem uma síntese disso tudo, que a proposta de PPP gera um monopólio. E esse monopólio, a visão da Prefeitura é positiva sobre o monopólio, porque diz que essa é a solução diante de uma quantidade muito grande de contratos que, segundo o diretor, superam os 100 contratos. Mas, no meu entendimento, esse monopólio não garante a qualidade da gestão dos serviços, não atende à complexidade da gestão de resíduos da cidade. E volto ao tema anterior, que tem, como consequência, a exclusão de 7 mil catadores e catadoras autônomos, como foi trazido aqui pelo Paulo. E, quando vemos a apresentação da Prefeitura, esses 7 mil catadores e catadoras não estão presentes na apresentação. Não existe resposta apresentada do que vai ser feito com esses catadores e catadoras. E, diretor, de forma respeitosa, quando comparamos os 7 mil catadores e catadoras autônomos com os pouco mais de 300 trabalhadores do DMLU, a gente...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Perfeito. E no DMLU, quantos a gente tem hoje trabalhando? São 360 trabalhadores no DMLU, na Prefeitura, para 7 mil catadores e catadoras. Dá para vermos a dimensão do porquê que esses catadores e catadoras coletam mais resíduos na cidade hoje, qual é a importância deles para a cidade. E, por isso, não podem estar excluídos desse processo. E volto a dizer, desrespeitando a política nacional e desrespeitando as leis municipais. Então, para mim, essa é uma questão, ainda da minha avaliação.

E, depois, vou ter a oportunidade de compartilhar a palavra, eu não compreendo, engenheiro que representa a Secretaria de Parcerias, os riscos do privado. Não

compreendo. Na verdade, quando a gente pensa em economia do País, o que tem de mais seguro para o investimento são exatamente os contratos com o poder público. Não é à toa que, no Brasil, o que mais se ganha dinheiro é com especulação comprando títulos da dívida pública. E parceria público-privada, por vezes, pode, sim, cumprir um papel importante – por vezes, sim. Mas, como eu consegui entender lendo a análise técnica, nesse caso aqui, nós não estamos tratando de uma PPP com baixa incerteza ou com grande previsibilidade. Nós estamos falando de uma rede complexa. A gente não consegue mensurar nem as consequências da adoção dessa modelagem que está sendo proposta agora. Então, a questão não é que nós somos contrários, no meu caso, pelo menos, a qualquer tipo de PPP, mas essa PPP aqui, no tema da gestão de resíduos, está longe de dar conta dos desafios da cidade.

E daí a última coisa: teve um elemento novo trazido aqui, esse desvio de aterro que, para mim, inicialmente, de fato, estava nas marcas dos 55%, agora tem uma nova abordagem, enfim, temos que seguir debatendo isso. Mas, por exemplo, quando tive conhecimento da experiência de Florianópolis, em sete anos, Florianópolis, do ponto de vista da compostagem, me ajudem aqui, avançou, em sete anos, 40% de compostagem. E a gente, na proposta atual de PPP, está dizendo que vai começar a compostagem daqui a sete anos. Então, é um exemplo do quanto a gente precisa se debruçar sobre esse tema, da forma como está colocada hoje.

Acho que a cidade está em risco, e especialmente os catadores e catadoras, por isso esses três encaminhamentos: comissão especial proposta pela comissão; requerimento de atenção e protagonismo aos catadores e catadoras ao longo de todo o processo, que é a principal insuficiência; e também esse tema da descentralização das audiências, para seguirmos fazendo esse debate. Da minha parte, é isso. Muito obrigado e ainda vou passar a palavra, diretor Carlos.

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** Vereador, presidente, respeitosamente, só para lhe corrigir, são 360 colaboradores no DMLU que fiscalizam, que fazem os contratos hoje, são fiscais de contrato e fiscais de

serviço. Não são 360 colaboradores que limpam a cidade. Eles fiscalizam os contratos e também gerenciam e fazem os contratos.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Aproveitando a oportunidade das suas respostas, quantos trabalhadores e trabalhadoras hoje o DMLU tem?

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** Contratados são mais de 6 mil pessoas. Só a Cootravipa, por exemplo, são 3,5 mil pessoas.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Não, do DMLU.

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** Do DMLU são 360 pessoas.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** É exatamente isto que eu manifestei anteriormente: são 360 trabalhadores do DMLU, comparados a 7 mil catadores e catadoras autônomas na cidade. Foi esse o recorte que eu fiz, que demonstra...

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** Ah, eu entendi errado. Eu achei que o senhor tinha feito uma relação que eles limpavam a cidade.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Não, não foi isso que eu falei. Então, eu estava correto?

**SR. CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER:** Está bem.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Muito obrigado. Vou passar para ti, Fagner, só que, antes, a Secretaria de Parcerias...

**SR. FAGNER ANTONIO JANDREY:** Só uma colocação: a gente está discutindo a questão da PPP, que é uma coisa mais a médio prazo, que vai se desenvolver ainda todo esse processo, mas a gente tem uma coisa urgente, que é a situação atual que a gente está passando agora. Eu só queria fazer essa solicitação também para a Câmara ajudar a gente a estabelecer esse canal de negociação com a Prefeitura, que não existe atualmente. A gente tem uma série de pautas que precisa resolver, que são atuais, urgentes. Nada a ver com o PPP, por exemplo. Tem a ver, mas acho que eu falei antes: a situação atual é urgente, tem coisa que a gente precisa resolver anterior a esse processo. O processo da PPP segue, só que tem coisas que são urgentes, que a gente precisa de ajuda para poder ter esse canal de negociação com a Prefeitura, que está fechado atualmente.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Perfeito, Fagner, se for do acordo do presidente, tenho certeza que tem o acordo da Natasha, a gente fazer uma solicitação de reunião com a Prefeitura, a partir das suas secretarias e com o DMLU, para tratar das questões imediatas, que hoje atingem os catadores e catadoras. Somamos esse como encaminhamento, Fagner. E lembrando a todos e todas que nós protocolamos um indicativo aqui na Câmara, para que a Prefeitura torne permanente aquilo que foi o auxílio emergencial durante o período da enchente. (Palmas.)

**SR. LUÍS EDUARDO LEMES:** Só porque foram feitas duas... Eu respondi algumas daqui, não respondi quem se levantou ali e perguntou. Se forem olhar naquele *site* que eu disse ali, sobre os autônomos, que foi perguntado, o item é o caderno de encargos, o PDF ali, que vocês forem pesquisar. Por exemplo, tem ali: realizar ações para incentivar a integração de catadores independentes às cooperativas e associações; oportunizar vagas de trabalho aos catadores independentes dentro do sistema operado pela concessionária; é encargo da concessionária a elaboração de um plano de inclusão e proteção social dos catadores, contendo no mínimo o diagnóstico das prioridades, necessidades e

inventário dos catadores e membros das cooperativas e associações atuantes; e propostas para a inclusão dos catadores, membros das cooperativas e associações e dos catadores independentes. Enfim, o caminho ali é o caderno de encargos, se alguém for pesquisar.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Engenheiro Luiz, me tira uma dúvida. Isso que tu mencionas é exatamente o que precisa ser apresentado até seis meses após a assinatura do contrato?

**SR. LUÍS EDUARDO LEMES:** Na assinatura do contrato, logo após.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** É porque tem um conjunto de planos que a empresa vencedora da licitação tem seis meses.

**SR. LUÍS EDUARDO LEMES:** Não, logo após que ela ganha a licitação, ela já apresenta os planos. E esses planos vão ser revisados a cada cinco anos.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Não, perfeito. Mas, exatamente, ela primeiro ganha a licitação e, depois de ganhar a licitação, ela precisa apresentar esse plano.

**SR. LUÍS EDUARDO LEMES:** Antes de iniciar qualquer trabalho.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Perfeito, mas depois de ter vencido a licitação. Ela vence... Então, vejam, é importante, inclusive, que o senhor leve essa questão para a secretaria, porque me parece que não está compreendido a dimensão do problema que isso é.

**SRA. PAULA GARCEZ CORRÊA DA SILVA:** Com todo respeito, isso é o que torna as coisas difíceis. As respostas não são claras, certo? Porque o contrato vai ser assinado e, depois de o contrato ser assinado, a concessionária vai

apresentar esse plano. Então, é só assim: enquanto o contrato não for assinado, eles não existem. Eles vão passar a ser pensados depois que o contrato for assinado. É isso que está escrito ali.

**VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB):** Exatamente por isso que é uma grande ameaça e risco que estão submetidos os catadores e catadoras da cidade. Espero que a mensagem seja levada para os debates na secretaria. Muito obrigado, gente. Vamos seguir aí na luta, tamo junto!

(Encerra-se a reunião às 12h47min.)

TEXTO SEM REVISÃO